

Cintia Bertoncini

**FILIAÇÃO NACIONAL E PERTENCIMENTO:
INCIDÊNCIAS HISTÓRICAS E SUBJETIVAS À LUZ DA
PSICANÁLISE**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

São Paulo

2010

Cintia Bertoncini

**FILIAÇÃO NACIONAL E PERTENCIMENTO:
INCIDÊNCIAS HISTÓRICAS E SUBJETIVAS À LUZ DA PSICANÁLISE**

Trabalho da conclusão de curso com exigência parcial para graduação no curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a/Dr^a Talitha Ferraz de Souza.

Curso de Psicologia
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2010

AGRADECIMENTOS

Só foi possível realizar este trabalho porque ao meu lado estavam pessoas que me apoiaram e me incentivaram. Não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que acompanharam, do início ao fim, a idéia do tema, os possíveis caminhos que eu poderia seguir a partir dele, as dúvidas, os medos, a evolução e o término do meu trabalho de conclusão de curso.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora Talitha Ferraz, por acreditar no meu trabalho, pela compreensão, paciência e apoio em todos os momentos.

Aos meus amigos do curso de Psicologia da PUC, pelas conversas que foram de extrema importância para a definição do meu tema e profundamente esclarecedoras para mim. Pelo incentivo, pela cumplicidade, pelas festas e bares em que estivemos juntos. Compartilhamos as angústias e as alegrias que as turmas do quinto ano vivem. Foi simplesmente incrível descobrir e partilhar estes sentimentos com todos vocês!

Aos amigos da AIESEC, pelas idéias, pelas oportunidades, pelo aprendizado, por me fazerem olhar o mundo de outras formas e pelas inesquecíveis festas em que estivemos juntos.

Aos meus pais, Wilson e Regina, pela paciência durante todo o processo do trabalho, pela confiança, pela oportunidade que me deram de passar um ano na Bélgica e de estudar numa universidade como a PUC, pelo amor e pelo grande exemplo que são na minha vida.

À minha mais especial irmã, Ligia, pela cumplicidade, pela alegria, pelo amor e pela força que ela me transmite sempre.

Aos meus eternos amigos e familiares belgas, sempre presentes, que me inspiraram na produção deste trabalho. Por fazerem que eu sempre me sinta especial e amada. Sou imensamente grata por um dia tê-los conhecido.

A todos aqueles que de alguma forma, me apoiaram na produção deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

**FILIAÇÃO NACIONAL E PERTENCIMENTO:
Incidências históricas e subjetivas à luz da Psicanálise**

Cíntia Bertoncini

Trabalho de Conclusão de Curso

1º Semestre de 2010

Orientador(a): Prof^a/Dr^a Talitha Ferraz de Souza

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de discutir, refletir e questionar, à luz da Psicanálise, as incidências históricas e subjetivas que envolvem a filiação nacional, o sentimento de pertença a uma nação e a relação com o território físico de origem. Para contextualizar o tema, foi feita uma reconstrução histórica dos conceitos sobre Estado, Nação e Território e outros termos que nos auxiliaram na compreensão deste cenário. Voltamos o nosso olhar para a Psicologia Individual para que pudéssemos ter maior embasamento ao refletir sobre a Psicologia de Grupo, sua dinâmica e mecanismos inerentes ao conhecimento teórico criado até o momento. Foi possível assim caracterizar o grupo Nação e suas vicissitudes, o papel da história, da cultura, da língua e o olhar do estrangeiro sobre uma nova pátria. Tomamos como fonte teórica autores de disciplinas como a História, a Geografia, a Sociologia e, indubitável e primordialmente, a Psicanálise. Este trabalho se define como um estudo bibliográfico sobre o tema e buscou refletir, articular e elaborar dados levantados ao longo da pesquisa, abordando um tema ainda pouco discutido pela Psicologia e Psicanálise.

Palavras-chave

Nação, Identidade Nacional, Identificação, Grupo e Estrangeiro

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Método.....	5
Procedimento.....	7
Capítulo I: Reconstruindo História e Conceitos.....	8
I.a: A origem do nome, a origem da coisa.....	9
I.b: Construindo identidade no território.....	12
I.b.1: A questão do território.....	13
Capítulo II: Nasce Um Sujeito.....	17
II.a: O aparelho mental – Regiões psíquicas.....	17
II.b: Organizações sexuais infantis.....	19
II.b.1: A fase oral.....	19
II.b.2: A fase sádico-anal.....	20
II.b.3: A fase fálica, o complexo de Édipo e a identificação.....	20
II.c: Identidade e identificação.....	23
Capítulo III: Psicanálise, Massa e Grupo.....	26
III.a: A dinâmica grupal.....	27
III.a.1: A libido e o grupo.....	28
III.a.2: Ideal de ego e narcisismo.....	29
III.a.3: A força do grupo – O narcisismo e a agressão.....	31

III.b: Grupo e cultura.....	32
Capítulo IV: Ser Nacional e Ser Nação.....	35
IV.a: Identificação étnica e raça.....	35
IV.b: Identificação nacional.....	37
IV.b.1: Língua.....	38
IV.b.2: História.....	40
IV.b.3: Religião.....	40
IV.c: Sentimento de pertença.....	41
IV.d: O estrangeiro – o Outro.....	43
IV.d.1: Por que emigrar?.....	44
IV.d.2: O encontro com o Desconhecido e suas vicissitudes.....	45
Considerações Finais.....	49
Referências Bibliográficas.....	56

INTRODUÇÃO

O sentimento nacional não é natural, e sabe-se que o movimento histórico permitiu que conhecêssemos tal sentimento e seu significado hoje. O sentimento nacional surgiu a partir de uma série de fatores históricos, territoriais e culturais que se articularam de tal maneira a possibilitar ao homem chamar o nome de um país de minha nação, minha pátria. Um espaço, delimitado por fronteiras imaginárias, virtuais ou geográficas, se fez nação para o homem, ou seja, uma série de pessoas que ali habitam, o lugar ao qual pertencem e criaram raízes. Este lugar que transmite ao visitante uma peculiaridade única, pelo seu povo, sua língua, sua história e sua cultura. A partir de alguns estudos sobre a Psicologia de grupo, me coloquei a pensar como se fazia, qual era a dinâmica e força de um grupo nação que partilha de um mundo simbólico co-construído. A partir disso, fui mais além, e passei a me questionar sobre o sentimento de pertença a uma nação, ao território que a representa, a relação com aqueles de mesma nacionalidade e sentimento de ser filiado ao nome da Pátria.

O interesse por essa questão emergiu a partir do momento que saí do meu país para viver um ano fora. Encantava-me e intrigava-me a maneira como brasileiros se identificavam uns com os outros e se tornavam grandes cúmplices, por pertencerem a uma mesma nacionalidade, a mesma nação. Essa “cumplicidade” também aparece quando eu, brasileira, ouvia a minha língua, meu samba, o nome do meu país: Brasil. Isso acontecia não só com brasileiros, mas com outros povos, pertencentes a um mesmo território e mesma cultura. Eram remetidos às suas raízes quando se encontravam com um conterrâneo, ou se deparavam com estímulos culturais, língua e o próprio nome do país pátria. “Cumplicidade” e “remeter-se às raízes” como disse, são termos transbordantes de sentimento e emoções nostálgicos. Enquanto estive fora do país este sentimento parece que sempre esteve presente. “Estar estrangeira” me fez refletir sobre o meu país, os brasileiros, a nossa terra e a nossa língua. Sustentei em mim o desejo de entender o processo que se constrói por traz da temática “identidade nacional e cultura”, o sentimento de pertencimento, as instâncias subjetivas que atravessam esses fatores.

“Etimologicamente, ‘pertencer a’ é ‘ser propriedade de’ ou ‘fazer parte de’, que podemos referir à relação do sujeito com o lugar” (Freire e Vieira, 2006, sem página). Apaixonada pela História, pela diversidade cultural, pelo outro, e acima de tudo, pela Psicanálise, olhando para a construção histórico-social dos fenômenos, escolhi abordar a questão que constantemente me traz perguntas e surpresas, quando observo as pessoas, penso a História e tento analisar as arestas desse todo que se coloca diante de mim.

A reconstrução do movimento histórico que se fez até conceitos e termos se tornarem o que é hoje é necessária para entendermos a base, a origem das discussões que entraremos adiante. Também nos ajudarão a tomar conclusões mais consistentes e enxergar caminhos mais reais e que vão de acordo com a nossa realidade (construída e re-construída no decorrer da história). Ou seja, me propus a fundamentar aquilo que fez com que as perguntas que envolvem esse trabalho surgissem.

Adianto-me, tomando um termo utilizado por Calligaris (1997), que pode dar sentido maior a tudo que foi dito e elucidado até agora. Trata-se da “fundação”: o efeito do movimento tempo-espacial e os fatores que atravessam essas duas instâncias, no âmbito da sociedade, do homem, seus laços e grupos constituídos. Permitam-me, por hora, deixar este ponto, o qual será discutido mais claramente no decorrer do trabalho.

Juntamente à reconstrução histórica do que chamamos hoje de nação, será necessário compreender cada termo chave e a transformação dos mesmos ao longo da história, como por exemplo, o conceito de Estado, Nação, Cultura e Território. Outras disciplinas que nos ajudarão a refletir sobre isso e também sobre os movimentos sociais e geográficos deste contexto são a Sociologia e a Geografia.

Antes de partir para o estudo da Psicologia de grupo, é de extrema importância conhecer o indivíduo, seu desenvolvimento psíquico e instâncias psíquicas, que fazem dele um ser único. Não podemos perder de vista estes fatores, já que grupos são constituídos por indivíduos e também, é compreendendo o um que posso compreender o todo, já que a dinâmica

psíquica de ambos possui muita proximidade. É o que veremos no decorrer dos capítulos.

Após discorrermos sobre a dinâmica individual do homem, é o momento de nos deparar com o indivíduo em relação, ou seja, o grupo, sua força, seu mecanismo, sua cultura. Apenas se nos aprofundarmos na questão do grupo, na psicologia das massas, é que poderemos partir para o grupo no contexto da Nação, as nuances e conflitos e questões que surgem deste tema. É neste momento que poderemos nos apropriar dos termos pertencimento, raça, etnia, filiação nacional, estrangeiro e outros.

A relevância deste trabalho aparece quando refletimos a respeito dos mais variados territórios e suas identidades, que fazem com que seus povos sintam-se pertencentes àquele lugar. “Pertencer a um lugar” traz consigo uma série de incidências subjetivas que se envolvem, elementos que estão presentes nesta expressão lingüística, evidenciando a dimensão do sujeito e do grupo. A contribuição desse trabalho para os psicólogos seria lidar com as questões que envolvem o sentimento de pertença, a cultura, o estrangeiro e o território nacional, desde o âmbito da clínica até os alicerces jurídicos, espaços de atuação onde os psicólogos estão inseridos.

O presente tema tem potencial para nos trazer questões que são pouco abordadas pela Psicologia, e até mesmo pouco elaboradas pela Psicanálise. Considero importante discuti-las, levando em consideração a construção histórica do fenômeno. Portanto, aqui será possível também contemplar os interesses de qualquer historiador, sociólogo, internacionalista, patriota e curioso que venha a pesquisar o assunto.

A partir das reflexões expostas acima, me proponho a responder a seguinte pergunta: Quais são as incidências históricas e subjetivas que envolvem a filiação nacional, sentimento de pertença a uma nação e o território de origem? Teremos como norte nessa pesquisa a discussão psicanalítica e histórica construída sobre tal pergunta.

Este trabalho objetiva trazer à tona os mais diversos fatores e suas

conseqüências subjetivas que envolvem o tema, articulando-os e explorando-os, de tal forma que poderemos sair dele mais cientes dos processos pelos quais passam os filhos de uma nação, na sua subjetividade. E também, que este trabalho nos permita fazer ainda mais perguntas sobre o tema e torná-lo assim mais freqüente nas atuais publicações e rodas de discussão referentes à Psicologia e à Psicanálise.

Esta pesquisa procura ser qualitativo-documental, ou seja, buscarei interpretar o fenômeno e atribuir significados a ele à medida que o processo do trabalho for sendo construído. Os dados serão analisados indutivamente nos moldes de um trabalho descritivo.

MÉTODO

Este trabalho terá como método de estudo o levantamento bibliográfico do tema, tanto no âmbito histórico-espacial, quanto na Psicanálise. Os materiais analisados serão considerados dentro do contexto histórico, tendo como instrumento para sua interpretação, análise e considerações finais o horizonte da Psicanálise.

Recorrei fundamentalmente às Obras Completas de Sigmund Freud, além de autores psicanalistas contemporâneos que abordam questões atuais pertinentes, como o fenômeno elucidado na introdução. A produção teórica de sociólogos e historiadores será muito rica, porque poderão me auxiliar na reconstrução histórica do tema, contextualizando-o e trazendo muito material para refletir sobre a pergunta formulada. Outros documentos a serem pesquisados são aqueles que elucidarão questões como identidade, história, cultura e, sobretudo, material que permitiu trazer o olhar psicanalítico sobre os elementos mencionados.

No Capítulo I, para a reconstrução histórica conceitual dos temas, recorrerei aos textos de Hobsbawn, Bauman, Castells e Haesbaert primordialmente. Eric Hobsbawn, historiador inglês, estudou sobretudo a construção das tradições no contexto Estado-Nação e poderá contribuir no âmbito histórico deste trabalho, nos auxiliando a desvendar o desenvolvimento histórico das nações e entender alguns conceitos e as transformações do mesmo aos dias de hoje. Zygmunt Bauman, sociólogo polonês que em sua bibliografia faz grandes análises sobre a modernidade, nos ajudará a documentar fatos históricos e refletir sobre eles. Manuel Castells, sociólogo espanhol, grande leitor dos movimentos sociais, nos ajudará a definir e refletir sobre termos e conceitos importantes para o entendimento do trabalho. Rogério Haesbaert, geógrafo brasileiro que analisa o território sob diferentes enfoques, nos auxiliará na compreensão da importância do território na construção de identidades e outros conceitos.

No Capítulo II, buscaremos, primordialmente, os textos das Obras completas de Freud, o autor que nos conduzirá durante todo o trabalho, não só

pelas contribuições teóricas da Psicanálise, mas também pelo fato de que a análise deste trabalho acontecerá através do viés psicanalítico. Sigmund Freud, neste capítulo nos ajudará a compreender o desenvolvimento do psíquico do homem desde a infância e a dinâmica entre as suas instâncias psíquicas.

No Capítulo III, o destaque será mais uma vez Freud, pesquisador da Psicologia de grupo e massas, que nos ajudará a entender o que faz com que os indivíduos se organizem em grupos e a dinâmica dos mesmos. Jean-Bertrand Pontalis, psicanalista francês e Helio Pellegrino, psicanalista brasileiro, também nos auxiliarão a compreender os mecanismos que mantêm um grupo e trazer para o âmbito grupal as possíveis considerações sobre a Psicanálise individual.

No Capítulo IV, traremos diversos autores para a discussão principal do tema, sejam eles psicanalistas, sociólogos, historiadores ou outros. Contardo Calligaris, psicanalista italiano radicado no Brasil, merece destaque, já que em diversos textos trata a questão do estrangeiro, do nacionalismo e outros temas que também fazem parte da sua história particular. As contribuições de Calligaris serão de extrema importância neste capítulo.

Nas Considerações Finais, nos permitiremos fazer articulações dos conceitos expostos e destacar as contribuições e reflexões relevantes.

PROCEDIMENTO

Os primeiros documentos a serem pesquisados serão aqueles que permitirão reconstruir e compreender o passado histórico e ressurgência atual do tema Nação de forma geral. Após o levantamento histórico teórico, abordarei a questão psicanalítica, aprofundarei cada termo e por fim, farei a interligação entre eles. Então, após o aprofundamento psicanalítico sobre o tema em geral, farei as especificações e buscarei concluir o trabalho, após discorrer e tirar a contribuição de cada material pesquisado e analisado, levando todo o processo da pesquisa em consideração.

CAPÍTULO I: RECONSTRUINDO HISTÓRIA E CONCEITOS

Pouco antes de a última guerra mundial irromper, realizou-se um censo na minha Polónia natal, então uma sociedade multiétnica. Certas partes do país eram habitadas por uma inusitada mistura de grupos étnicos, credos religiosos, língua e costumes. Dar uma nova feição a essa mistura, por meio da conversão e assimilação forçadas, numa nação uniforme ou quase uniforme segundo, digamos, o modelo francês, talvez fosse um objetivo energeticamente perseguido por uma parte a elite política polonesa, mas de maneira alguma um propósito universalmente aceito e consistentemente apoiado, muito menos um projeto próximo de sua conclusão.

Como seria previsível num Estado moderno, os funcionários do censo foram, não obstante, treinados a esperar que para cada ser humano houvesse uma nação a que ele ou ela pertencesse. Foram instituídos a coletar informações sobre a auto-identificação nacional de todos os indivíduos do Estado polonês (hoje se diria: 'sua identidade étnica ou nacional'). Em cerca de um milhão de casos os funcionários falharam: os entrevistados simplesmente não entendiam o que era uma nação nem o que significava 'ter uma nacionalidade'. Apesar das pressões - ameaças de multa combinadas com esforços verdadeiramente excepcionais no intuito de explicar o significado de 'nacionalidade', eles se atinham teimosamente às únicas respostas que lhe faziam sentido: 'somos daqui', 'somos deste lugar', 'pertencemos a este lugar'. Por fim, os administradores do censo tiveram de se render e acrescentaram "pessoas do lugar" à lista oficial de nacionalidade (Bauman, 2005, p.23-24).

Anteriormente à construção das nações e dos movimentos nacionais em direção à expansão ou unificação nacional (Hobsbawm, 1990), o sentimento de pertencimento a um território surgia nas pequenas províncias e vilarejos, que se erguiam num determinado espaço e tempo e, conferiam a um grupo, o caráter identificatório de um "lugar". Naquele espaço, emergiam múltiplas identidades, que se homogeneizavam no momento que se auto-identificavam como pertencentes àquele território. A construção da identidade dos entrevistados, no relato de Bauman (2005), configura-se como pertencentes a um "lugar", e nos leva a induzir que "o indivíduo se constrói como pessoa relacionando a sua vida com a vida de uma comunidade, que possui uma história coletiva, vivida por todos, que acompanha a sua, vivida apenas por ele." (Wasserman, 2002, p.95). A história vivida e a cultura de um lugar permitem ao indivíduo que se coloque como parte daquele meio.

A partir dos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a economia global não admitia mais unidades extraterritoriais, ou seja, mini-Estados independentes (Hobsbawm, 1990). Com a modernidade, a configuração da identidade territorial ganha um novo aspecto: as divisões administrativas dos Estados Nacionais. Todo cenário social, político e

econômico que se constitui então faz do nacionalismo algo real, mesmo que tenha sido propositalmente projetado (Bauman, 2005).

O trecho citado como epígrafe, elucida, brevemente, a origem, o conceito, o sentimento e formação dos Estados Nacionais atuais. Acredito que o leitor deve ter se tomado de muitas dúvidas sobre cada parágrafo e se munido de questões que possam por em cheque o que foi descrito acima. Portanto, para compreender melhor historicamente todo contexto em torno da questão psicológica na qual me debrucei neste trabalho, levantaremos a seguir, os desdobramentos históricos, culturais e sociais que nos permitirão fazer reflexões e interpretações sobre as incidências subjetivas que envolvem a filiação nacional de um indivíduo e a sua relação com o território de origem. Visto que este trabalho tem como principal norteador e fonte de estudo a Psicologia, a reconstrução proposta que se seguirá, não terá a mesma ênfase e debate que outro profissional, que tem como base a História, ou Sociologia, teria. Estas ciências - pelas quais tenho muito interesse, particularmente – são fontes de conhecimento que podem trazer à tona, ou pôr em terra, pressupostos atuais que foram construídos ao longo do tempo e que hoje são naturalizados pelo homem contemporâneo. Por isso, então, a importância da presença de uma reconstrução histórica e social de Estado, Nação, Pátria, entre outros termos e conceitos, que se desenvolveram ao longo do tempo até chegarem ao que é hoje.

I.a A origem do nome, a origem da coisa

O termo *Estado*, como nós veremos adiante, é cheio de nuances. Tanto que no decorrer da História, se transformou profundamente, chegando ao significado que nós conhecemos atualmente e que levamos em conta quando tratamos do Estado Nacional de hoje. Do *Estado*, chegamos ao termo *nação* e *pátria*, que hoje possuem significados muito diferentes daqueles descritos pelos antigos povos ocidentais. Mas quais são estes significados e como adquiriram as acepções que conhecemos hoje? Convido-lhes a refletir, ao longo da leitura, no que diz respeito aos sentidos de cada um dos termos apresentados e daquilo que restou no imaginário das pessoas de cada lugar, do nosso povo, de nós mesmos.

As menores formas associativas humanas foram as famílias. Aristóteles, citado por Bobbio (1986), considerou a família como a primeira forma embrionária e imperfeita da pólis. Aquelas que, por interesse comum, por acordo ou por necessidade se uniam, formando associações, frátrias, tribos. Foi assim então o desenrolar da humanidade: das pequenas sociedades (as famílias) de uma região determinada – as “pessoas do lugar” – passando pelos Estados territoriais às nações da atualidade.

Hobsbawn (1990), citando a *Enciclopédia Brasileira Mérito* (1958-1964), diz que nação é “a comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, *subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo* (grifos do autor)” (Hobsbawn, 1990, p.27-28). O autor afirma ainda, que o termo “nação” é muito recente historicamente, porque o seu significado moderno difere muito do seu “significado original”.

De fato, (...) o *New English Dictionary*, já sublinhava isso ao indicar, 1908, que o velho significado da palavra contemplava principalmente a unidade étnica, embora seu uso recente indicasse mais a “noção de independência e unidade política” (Hobsbawn, 1990, p.30-31).

O conceito de Nação surgiu posteriormente ao de Estado, em seu todo político, delimitação e domínio sobre “um pedaço”, como vemos logo em seguida.

Assim como nação, o termo *Estado* que também aparece na definição de *nação* de Hobsbawn (1990), sofreu diversas modificações até chegar ao seu “significado moderno”, como diria o autor. Para compreendermos melhor o que foi escrito até agora sobre Estados é importante voltarmos ainda mais no tempo. Bobbio (1986) diz que Maquiavel, ao escrever *O Príncipe*, deu notação e autoridade ao conceito de *Estado* que, na época, já vinha sendo usado na expressão “*status rei publicae*”, *status* aqui dando origem ao termo Estado, significando “situação”, “condição”. Maquiavel inaugura o significado de Estado como “domínio”, deixando para trás o “significado genérico de situação para um significado específico de condição de posse permanente e exclusiva de um território e de comando sobre seus respectivos habitantes” (Bobbio, 1986,

p.67).

Na modernidade, quando se debate sobre o significado original e o significado moderno de *Estado*, se traz a grande discussão a respeito da origem e formação dos Estados territoriais atuais e das diferenças entre “domínios”, chamados também de *Estado*, pela sociedade política de então. É de comum acordo na sociedade moderna e atual, segundo Bobbio (1986), a definição de Max Weber. Grande estudioso do processo de formação do Estado moderno, ele extraiu deste fenômeno bases para a sua concepção de Estado, “definido mediante dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover à prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força” (Bobbio, 1986).

Coulanges, em *A cidade antiga* (1864) nos ajuda a compreender o significado da palavra *pátria* no mundo greco-romano antigo, o “significado original” de um termo, segundo Hobsbawn (1990). O termo *Pátria* denotava *terra dos pais*, ou melhor, *terra pátria*, a qual a religião santificara. Nesta terra, estavam enterrados os corpos de seus antepassados e, as almas de cada um ali permaneciam. É neste território, demarcado pela religião e pelas crenças da família, frátria, tribo e cidade, onde se dividiam e respeitavam o culto de cada uma dessas uniões. É nele que surge o lar. Este lugar representava muito mais que uma morada, ou um lugar para ficar. Era um território sagrado que, se longe daquele pedaço delimitado de terra, o homem viveria “à margem da vida regular e do direito” (Coulanges, 1864, p.219)

Assim, uma Nação, não nasce inerente ao Estado, como podemos deduzir pelo relato de Bauman (2005) no início do capítulo e por outros pontos já levantados até agora. Movimentos nacionalistas, constituintes do que chamamos de nação,

pressupõe algum tipo de elemento comum em termos de território, idioma ou cultura, que forneçam matéria prima para o projeto intelectual de nacionalidade. Todavia, tais elementos não devem ser ‘naturalizados’, como se sempre houvessem existido em uma forma essencial ou tivessem simplesmente prenunciado uma história ainda por se fazer... (Eley e Suny, apud Castells, 1999, p.45).

Castells (1999) afirma que a construção de uma nação ocorre quando

acontecem ações e reações da sociedade civil, seja ela elitizada ou massificada. Ele completa concordando com Hobsbawn e Anderson, dizendo que o nacionalismo é fonte de identidade, porém ressalva que, diferente desses autores, acredita que os termos *nação* e *nacionalismo* não devem estar atrelados apenas à formação dos Estados e seus processos de construção de um determinado período histórico, mas que são diferentes. Aconteceram e se desdobraram de maneiras distintas e, até hoje, se manifestam e se colocam na atualidade de maneiras também diversas. Castells (1999) exemplifica dizendo que há “a ascensão do nacionalismo pós-moderno concomitante ao declínio do Estado moderno” (Castells, 1999, p.48). Tal afirmação não sustenta o fato de que Nação e Estado são inerentes um ao outro. Sobre nacionalismo, é importante citarmos a compreensão de nacionalismo na atualidade a partir da análise de nacionalismo cultural de Kosaku Yoshino no Japão:

O nacionalismo cultural procura regenerar a comunidade nacional por meio da criação, preservação ou fortalecimento da identidade cultural de um povo, quando se sente sua falta ou uma ameaça a essa identidade. Tal nacionalismo vê a nação como fruto de sua história e cultura únicas, bem como uma solidariedade coletiva dotada de atributos singulares. Em suma, o nacionalismo cultural preocupa-se com os elementos distintivos da comunidade cultural como essência de uma nação (Kosaku Yoshino apud Castells, 1999, p.47-48).

É interessante levantar a origem desses termos, suas aplicações e processos históricos, porque nos ajudam a refletir sobre os desdobramentos do “significado original” da palavra e seu conceito até chegarmos ao “significado moderno” destes. Afinal, podemos começar a compreender a força dos termos e os movimentos sociais que se mobilizaram - e ainda o fazem - desde os primórdios, transformando a história. Esta reconstrução permite-nos fazer uma ponte da história para os dias atuais e repensar a máxima: “Minha pátria, minha nação!”. Platão nos traz a frase: “É a pátria que nos gera, nos alimenta, nos educa”. Completa ainda mais a citação de Sófocles: “É a pátria que nos conserva”.

I.b Construindo identidade no território

Após os fundamentos, fatos e reflexões levantados no item anterior (I.a), podemos começar a imaginar o processo de construção de identidade no Estado-Nação segundo a Sociologia. De acordo com Castells (1999) “do ponto

de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída” (Castells, 1999, p.23). Ele completa:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo e espaço (Castells, 1999, p.23).

Segundo Pinheiro e Martins (2006), os estudos da cultura demonstram alguns fatores elementares como indicadores étnicos, os quais são “muito importantes para os processos de identidade” (Pinheiro e Martins, 2006, p.113). A cultura é imprescindível para a formação de um grupo: sustenta-o e torna viável a construção dele. O território, a história, a comunicação e o patrimônio produzido, são alguns dos fatores elementares para o processo de identidade, assim como Castells (1999) também elucidada acima.

I.b.1 A questão do território

“Amor à terra natal ou busca do desenraizamento, uma relação concreta que se trava entre o homem e a terra, uma geograficidade do homem com o modo de sua existência e do seu destino” (Dardel, apud Haesbaert, 2002, p.117).

O leitor há de ter subentendido a noção de território com a qual estamos lidando. Trago o avesso das concepções “naturalistas” ou “naturais” de território, como descreve Haesbaert (2002). Tratamos aqui de uma concepção de território etnocêntrica, como denominou o autor. Tal concepção diz do território como construção humana, histórica e social em seu todo. Diferente de algo que sempre esteve com o homem, inerente e naturalizado. Segundo Haesbaert, o território

poderia advir tanto de um domínio material sobre o espaço, decorrente do poder de uma classe econômica e/ou de um grupo político dominante, como de sua apropriação simbólica, a partir da identidade que cada grupo cultural “livremente” construísse no espaço em que vive (Haesbaert, 2002, p.119).

Para Haesbaert (2002), *território* é um conceito muito rico e passível de muito estudo, pelos olhos da Geografia. Assim concorda Milton Santos, em *Território e Sociedade*, quando afirma que o tema *território* explicita os

movimentos da sociedade e é interessante para muitas disciplinas abordá-lo. Santos (2000) diz que “a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.” (Santos, 2000, p.26).

Haesbaert (2002) assegura que o termo *território* surgiu na história expondo: a relação sociedade-espço e a notoriedade deste vínculo; e a relevância do enraizamento - a territorialidade humana - muito bem retratada no trecho de Dardel acima. O mesmo autor cita que o termo era raro até o século XVII. A expressão se tornou comum a partir do século XVIII, com a expansão burguesa.

Agora, nos deparamos com o termo *territorialidade*. Nele, está implícita a noção de controle físico e ao mesmo tempo, a de laços sociais. Estão presentes então a dimensão política e a dimensão simbólica deste fenômeno, construindo identidades territoriais, portanto, identificação dos grupos sociais com o espaço, o lugar.

A ocupação de um lugar, de um campo espacial, faz com que o grupo configure sua existência, construa sua história, transmita sua cultura. Cada integrante do grupo alimenta em si um sentimento de pertencimento. Portanto, o território faz parte da fundamentação ontológica do ser humano (Haesbaert apud Freire e Vieira, 2006). Vimos ainda, anteriormente, relação dos antigos com a terra, o que dá ainda mais embasamento à afirmação de Haesbaert.

Castells (1999) afirma que para que haja um sentimento de pertencimento ou uma identidade cultural, é preciso que surjam movimentos sociais, organizados num território determinado, que busquem objetivos urbanos comuns. As mobilizações sociais urbanas têm, em geral, três conjuntos de metas. São elas:

- a) Necessidades urbanas de condição de vida e consumo coletivo;
- b) Afirmação da identidade cultural local;
- c) Conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos.

Castells (1999) afirma que independentemente dos resultados obtidos a partir destas mobilizações, significados são produzidos, não apenas para cada indivíduo presente naquele meio, mas também para a comunidade como um todo. Podemos completar dizendo que tais significados fazem com que um território adquira valor simbólico para aqueles que “estão ali”, e assim constrói-se uma identidade cultural comum e um sentimento de pertença.

Para tais afirmações ficarem mais consistentes e fazerem mais sentido para o leitor, trago um trecho de *O Poder da Identidade*, em que o autor descreve de maneira mais palpável, com um exemplo atual do processo de globalização mundial, as hipóteses levantadas acima.

Os movimentos urbanos estavam se tornando (final dos anos 70, início dos anos 80) as principais fontes de resistência à lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo. Isso ocorreu principalmente porque diante do fracasso dos movimentos e políticas pró-ativas (por exemplo, o movimento trabalhista, os partidos políticos) na luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restou outra alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território. Assim, surgiu o paradoxo de forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos globais. Houve a produção de significado e identidade: minha vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, meu ambiente. (...) Subitamente indefesas diante de um turbilhão global, as pessoas agarraram-se a si mesmas: qualquer coisa que possuíssem, e o que quer que fossem, transformou-se em sua identidade (Castells, 1999, p.80).

Deparamos-nos até aqui com autores de diferentes áreas do saber. Eles foram importantes para avisar o leitor que os assuntos tratados neste trabalho estão longe de uma concepção natural da “coisa”, mas perto de uma questão problemática. Podemos entrelaçar os conceitos de Estado, nação, pátria, território, territorialidade e identidade e chegar ao ponto de partida que nos posicionará melhor para realizar este trabalho. O mapeamento do cenário abordado neste capítulo, sob os pontos de vista de outras fontes de conhecimento, foi essencial porque pôde nos trazer a dimensão do tema que nos comprometemos a refletir aqui. Para completar, já que o nosso norte é a Psicologia, as diversas fontes de conhecimento nos ajudarão a pensar como a psique do homem foi influenciada por todo este trajeto histórico, social e geográfico e construir hipóteses sobre filiação

nacional e território tendo como base a Psicanálise associada às contribuições que outras disciplinas podem nos trazer.

Para completar, é relevante esclarecer o interesse da Psicanálise pela história. Primeiramente, já é sabida a aproximação entre a história das sociedades antigas à infância do homem e a partir deste ponto de conexão, a Psicanálise pode se tornar um novo instrumento de pesquisa. “A aplicação de suas hipóteses à psicologia social torna possível tanto o levantamento de novos problemas como a visão dos antigos sob nova luz e nos capacita a contribuir para a sua solução” (Freud, 1913, p.187). O pensar psicanalítico sobre a história, permite entender o movimento civilizatório e trazer ainda mais contribuições para a psicologia social ou de grupo.

CAPÍTULO II: NASCE UM SUJEITO

Acabamos de refletir sobre alguns conceitos à luz da Sociologia, História e Geografia, disciplinas que serão muito importantes para a contextualização do tema com o qual nos envolvemos no presente trabalho.

Contudo, o nosso interesse maior aqui é a Psicologia, mais especificamente, a contribuição da Psicanálise e suas formulações para essa questão. Para começarmos a construir algo sobre essas bases, é importante deixarmos claras algumas teorias psicanalíticas sobre aquilo que é individual, antes mesmo de olhar para o grupal, o coletivo, a massa. Neste sentido, poderemos fazer, posteriormente, uma transposição do “uno” para o “multi”. De acordo com Jacquard, em sua entrevista para Pontalis (1988, p.42), tal transposição é possível, já que, guardadas as devidas proporções, o autor assume que “o ego, como forma, como uma bela totalidade, já é uma massa”. E a massa pode fazer as vezes do ego”. Sua frase se faz ainda mais legítima quando o mesmo autor aponta um “paralelismo” indicado por Freud no ensaio *Psicologia das massas e análise do ego* em seu próprio título, como podemos conferir na proximidade que ele coloca “massas” e “ego”, indicando um proximidade também, entre os conceitos e suas dinâmicas.

II.a O aparelho mental – Regiões psíquicas

Para começarmos a compreender o conceito de homem descrito por Freud, é relevante fazermos alguns esclarecimentos a respeito da divisão da psique, ou elementos psíquicos, fundamentais para o entendimento, mais adiante, de outros conceitos diretamente ligados ao tema da pesquisa em questão.

Partimos do conceito de “ego”, que segundo Freud (1933), o qual pode ser caracterizado como a instância voltada para o mundo externo, “a parte mais superficial do aparelho mental” (Freud, 1933, p.80). Freud chamou de “consciência” aquilo é percebido pelo homem. Ele diz que todas as percepções sentidas pelo homem, sejam elas percepções internas, como as sensações e sentimentos, ou externas, as sensoriais, impactam diretamente a consciência.

O ego foi diferenciado do id pela “proximidade e influência do mundo externo” (Freud, 1933, p.80) assumindo o dever de se relacionar com e representar este mundo perante o id. Fica para o ego então um grande desafio, balancear as relações entre o mundo externo e o id, além de ter de suprir as também difíceis exigências do superego (o qual será apresentado em seguida).

Outra “secção” da psique humana descrita por Freud (1933) é o “id”. O id é uma instância inconsciente, ou seja, a parte inacessível da personalidade, onde se abrigam os instintos mais primitivos, os desejos, os impulsos. O ego surgiu do id, ao diferenciar-se a partir das influências externas. Já podemos entender que o id, do ponto de vista dinâmico (quantidade de energia) tem muito mais força que o ego.

“O ego deve, no geral, executar as intenções do id, e cumpre sua atribuição descobrindo as circunstâncias em que essas intenções possam ser mais bem realizadas” (Freud, 1933, p.81).

No trecho acima, Freud (1933, p.81) explicita as exigências instintuais que o id faz ao ego. Uma dessas exigências são as catexias objetais, que veremos mais adiante, quando falarmos sobre identificação. Mecanismo que tem extrema importância para o entendimento deste trabalho.

Outra instância presente no aparelho psíquico é o “superego”. Este possui autonomia, ou seja, está aquém da consciência, da sua ordem e sua energia. O superego é aquele que precipita sobre o ego a moralidade, o sentimento moral de culpa que abarca o indivíduo, adota a função punitiva, rígida e proibitiva sobre o ego. O superego “como herdeiro do complexo de Édipo, tem íntimas relações com o id” (Freud, 1933, p.83). Compreenderemos melhor o que esta sentença de Freud significa adiante, quando adentrarmos o espaço do desenvolvimento sexual infantil. Esta instância tem grande sentido o entendimento das questões levantadas por este trabalho.

Até agora, vimos que o aparelho mental do homem é composto pelas três grandes regiões descritas acima: o ego, id e o superego. A partir de suas relações, troca de energia, harmonia e desarmonia, é que surgem os grandes conflitos do homem.

II.b Organizações sexuais infantis

É importante agora, entendermos o desenvolvimento sexual infantil. Já que compreenderemos melhor a formação das regiões psíquicas brevemente elucidadas acima e ainda conceitos a serem abordados no decorrer do nosso trabalho reflexivo.

Freud trouxe à tona tal questão que revolucionou os estudos sobre a psique, a Psicanálise e a Psicologia. Freud deixou clara a existência da pulsão sexual (libido), desde a infância, por diversas vezes em sua obra, já que, a partir disto, se fez toda sua teoria.

“Estou convicto de que nenhuma criança – pelo menos nenhuma que seja mentalmente normal e menos ainda as bem dotadas intelectualmente – pode evitar o interesse pelos problemas do sexo nos anos *anteriores* à puberdade” (Freud, 1908, p.191).

Para não haver mal-entendidos a respeito dela, ele explicita uma importante diferença entre a organização genital das crianças com a dos adultos, que costumam fundir o termo “sexual” com o “encontro de dois genitais”, primordialmente (Freud, 1917, p.309). Para as crianças de ambos os sexos “... entra em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é a primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do *falo*” (Freud, 1923b, p.158).

Começemos então a descrever o desenvolvimento sexual infantil. É importante salientar que os primeiros impulsos sexuais infantis estão diretamente relacionados com as funções vitais do organismo e aparecem a partir deles (Freud, 1917). As principais características das manifestações sexuais infantis são: desconhecimento de objetos sexuais, auto-erotismo e zona erógena dominando o alvo sexual da criança (Freud, 1905).

II.b.1 A fase oral

A fase mais primitiva é a fase oral. A obtenção de prazer está inicialmente atrelada ao estado de satisfação da fome. Aos poucos, este dúbio “fome-prazer” se dissocia. O bebê passa a sugar não apenas o seio materno, mas qualquer parte do corpo que pode ser “sugada”. O prazer obtido desta

ação, pela zona erógena da área da boca, é chamado então de sexual (Freud, 1917).

O que nos importa agora sobre esta fase é que o bebê não se diferencia da mãe, o corpo da mãe é o próprio bebê. Em seu todo narcísico, o bebê tenta ser autônomo, ou seja, independente do mundo externo, desejando retornar ao interior da mãe (Pellegrino, 1987).

II.b.2 A fase sádico-anal

Segundo Freud (1917), na fase sádico-anal, o bebê tem o orifício anal como zona erógena. Neste estágio, feminino e masculino não se diferenciam, mas o que aparece aqui é a polaridade ativo ou passivo. Os instintos que aparecem intensamente nesta fase são os instintos escopofílicos e epistemológicos.

Atentemos ao fato de neste estágio, a criança não se confunde mais com a mãe, mas sim com a imagem dela. De acordo com Pellegrino (1987), é a fase do espelho, ou fase narcísica, ambos os termos propostos por Lacan, citado pelo autor. Ele diz: “a criança se vê no Outro, ou no espelho, passa a amar essa imagem que antecipa a unidade de seu esquema corporal” (Pellegrino, 1987, sem página) Já há aí uma certa separação entre mãe-bebê, segundo o autor.

II.b.3 A fase fálica, o complexo de Édipo e a identificação

Abordaremos a partir de agora questões extremamente importantes para começarmos a elucidar o fenômeno sobre o qual nos debruçamos neste trabalho.

É na fase fálica que a criança descobre o pênis e surge a curiosidade sexual. A polaridade existente aqui é possuir um órgão genital e não possuir um órgão genital (Freud, 1923b). A repressão dos instintos e impulsos infantis já foi iniciada neste cenário.

Segundo Freud (1917), é neste momento em que a mãe se torna objeto

de desejo da criança - porque é relacionada com o seio materno. Surge também, um terceiro: o pai. A criança deseja a mãe e identifica-se com o pai. Estes sentimentos coexistem até o momento em que os desejos sexuais pela mãe se tornam muito intensos, fazendo da figura do pai, interditor e obstáculo para a realização deste desejo sexual infantil (Freud, 1923b). Disto, forma-se o triângulo amoroso entre pai-mãe-criança, ativando assim, o Complexo de Édipo.

Freud transportou o mito de Édipo para o desenvolvimento da vida sexual infantil. Freud afirma que a criança cultiva sentimentos muito hostis em relação ao pai, já que este se colocou como barreira em sua relação com sua mãe. A criança então tem o desejo de matar o pai e desposar a mãe, realizando assim seu desejo (Freud, 1923b). A criança se sente onipotente e quer realizar suas pulsões incestuosas e parricidas.

Neste estágio do desenvolvimento sexual infantil surge o fenômeno da identificação. “A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Ela desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo” (Freud, 1921, p. 115).

Os primeiros dois laços emocionais que se apresentam para a criança são: com a mãe, fonte primária, objeto sexual direto; e com o pai, o qual é tomado como modelo, no momento em que se identifica com essa figura. Freud (1933) explica que logo de início, a identificação possui dois lados: aquele que pode “tornar-se expressão de ternura” e aquele que pode expressar o “desejo do afastamento de alguém” (Freud, 1921, p.115). De ambas as formas, “a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto” (Freud, 1921, p117).

Freud (1921) conclui também, a partir de seus casos e estudos, que o ego de uma pessoa é esculpido pela identificação. Ela faz com que este ego acompanhe aspectos daquele que foi tomado como sujeito. Assim, o objeto libidinal é introjetado no ego, fazendo com que a identificação possibilite uma vinculação com o objeto. A identificação ainda “pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que

não é objeto do instinto sexual” (Freud, 1921, p.117) Esta última descrição de Freud é essencial quando pensamos nas identificações com um grupo. O autor coloca que quanto mais forte e relevante essa qualidade comum for, mais virtuosa será a identificação parcial, e a partir disso, pode surgir um novo laço. Disso, já podemos pensar a respeito da natureza da identificação que ocorre entre os habitantes de um território, uma nação, já que essa identificação é baseada numa qualidade emocional comum muito importante. Tal qualidade será elucidada e explicada mais adiante.

Voltando à resolução do complexo de Édipo, Pellegrino diz:

Na fase edipiana (*equivalente à fase fálica, para Freud*), ela (*a criança*) se defronta com o poder do pai, representante da Lei. O pai lhe interdita o acesso genital à mãe. (...) Pelo Édipo, e pela interdição do incesto, a criança inscreve no centro de seu ser, a Lei que constitui a essência mesma de sua autonomia e identidade. É a este processo que a psicanálise chama de castração simbólica (Pellegrino, 1987, sem página).

Pellegrino menciona, na passagem acima, o termo castração, muito importante para a resolução do Édipo e a imposição da Lei. Como vimos anteriormente, é na fase fálica que a criança descobre a diferença anatômica entre os sexos. O menino percebe que a menina não possui o pênis - órgão extremamente valorizado e que possui um importante valor narcísico para ele. Tal verificação gera na criança um temor imenso da perda do pênis – é a fantasia da castração. O medo da perda do falo faz com que o menino transcenda o Édipo e internaliza o desejo de ter a mãe e desejo de matar o pai, e se identifique com este. Nessa configuração simbólica, ao abrir mão do incesto e do parricídio, ele dá espaço ao terceiro, à Lei, e assim indivíduo se torna “sócio da sociedade humana” (Pellegrino, 1983, sem página).

É na interdição do incesto que a criança se torna sujeito livre, cumprindo a Lei, “e para reconciliar-se com a autoridade do pai, precisa de liberdade sexual” (Pellegrino, 1987, sem página). Assim o complexo de Édipo pode encontrar uma dissolução. A criança deve se render à Lei. Daí então, a “identificação paterna preservará a relação de objeto com a mãe (...), ao mesmo tempo, que substituirá a relação de objeto com pai; o mesmo será verdade, *mutatis mutandis*, quanto à identificação materna” (Freud, 1923a, p.46).

Outra nuance importante neste momento, é no que se diz do superego ou ideal de ego. Nas palavras de Freud:

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego (Freud, 1923a, p.46-47).

Isto significa que as identificações com os pais estarão representadas pelo ideal de ego, ou superego. De acordo com Freud (1923a), herda-se do complexo de Édipo, a moral, os costumes sociais, o sentimento de culpa e retaliação.

II.c Identidade e identificação

Em toda construção teórica no mundo psicanalítico, o termo “identidade”, sua definição e elaboração é grande gerador de discórdia, incertezas e impasses. Ceccarelli (1999, sem página) compreende o termo como sendo o “resultado consciente” dos processos inconscientes de identificação. Na perspectiva da Psicanálise, a questão identitária não pode ser tratada sem levar em conta a noção de identificação. Os processos de identificação podem ser vistos como “uma espécie de pano de fundo, cuja base é composta pelos conteúdos do recalcado” (Ceccarelli, 1999, sem página). Isto vai de acordo com uma das contribuições de Freud que nega a crença de que identidade é una e indivisível. Segundo Freud (1923a), a razão, aparentemente tão coerente e homogênea, é decorrente de um processo de constituição de identidades, ou seja, identificações, que dão origem a uma forma de ser, caracterizada por divisões, multiplicidades, contradições e conflitos. Assim, são as identificações que formam o ego, desde a mais primitiva, anterior ao complexo de Édipo, quando o superego se fundou num ego ainda fraco, até as mais recentes, fundadas num ego forte que não se submete aos mandos de tais identificações (Freud, 1923a). Podemos dizer que o ego e suas identificações que se fizerem conscientes, se considerados uma unidade, podem dizer da identidade do homem, de como ele se apresenta, atua e se relaciona com o mundo e a realidade.

Este último parágrafo pode ter ficado confuso para o leitor. É relevante compartilharmos neste momento, a dificuldade de abordar o tema Identidade psicanaliticamente. Não encontrei, no meu levantamento teórico, qualquer autor que conceituasse de forma clara e elucidativa o termo Identidade no ramo da Psicanálise. Por isso, ao tratar deste conceito, envolveremos invariavelmente as elucidações sobre identificação e ego, já que assumimos, no parágrafo anterior, que ambos se valem juntos de um movimento para se unificar na aparente identidade de um indivíduo.

A identificação como conceito psicanalítico, é um fenômeno que não necessariamente, significa gostar de algo ou alguém, ou querer ser como algo ou alguém. Tal fenômeno “é ambivalente desde o início; pode tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto um desejo de afastamento de alguém” (Freud, 1921, p.115). Identificação pode ser definida superficialmente como ato de assemelhar-se a outro ego, “em consequência do que o primeiro ego se comporta como o segundo, em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si” (Freud, 1933, p.68). A identificação é comparada por diversas vezes na obra de Freud, à incorporação canibalística, oral, de outro alguém. É uma das mais fortes formas de vinculação com o outro, porém, não podemos confundir tal fenômeno com o que a psicanálise chama de escolha objetal (Freud, 1933).

Para compreendermos melhor isto tudo, podemos atentar para a fonte, ou melhor, para as três possíveis fontes da identificação, segundo Freud (1921):

1. A primeira fonte - e mais básica, é o laço emocional com um objeto, sendo que tal laço se dá em sua forma original, constituindo assim, a identificação. Por exemplo, a identificação com os pais que se funde no ego na forma de superego ou ideal de ego.
2. A segunda é quando existe repressão de um desejo libidinal e os mecanismos inconscientes são prevalentes, a escolha do objeto alvo do desejo reprimido se reverte em vinculação com o objeto, regredindo para identificação, ou seja, o objeto é introjetado e

características dele são copiadas pelo ego. Para Freud,

pode ser que esta identificação seja a única em que o id pode abandonar os seus objetos. De qualquer maneira, o processo, especialmente nas fases primitivas de desenvolvimento, é muito freqüente, e torna possível supor que, o caráter do ego é um precipitado de catexias objetais abandonadas e que ele contém história dessas escolhas de objeto (Freud, 1923a, p.42).

3. A terceira – e muito importante para este trabalho - é quando um indivíduo percebe uma característica ou qualidade própria em outro indivíduo (que não se faz objeto do instinto sexual do primeiro), portanto, ambos partilham semelhanças entre si. Desta percepção, pode surgir um novo laço, uma nova identificação, que será mais bem sucedida à medida que tais características ou qualidade forem mais importantes para os indivíduos.

Já podemos começar a entender neste capítulo, a natureza dos laços existentes nos grupos. Mas poderemos aprofundar este tipo de identificação no próximo capítulo no qual tentaremos explicitar este fenômeno.

CAPÍTULO III: PSICANÁLISE, MASSA E GRUPO

A Psicanálise estuda as realizações psíquicas individuais e explora as maneiras pelas quais o homem busca a satisfação de suas pulsões e instintos. Entretanto, raramente ela não considera as relações que se estabelecem entre os indivíduos. Desta maneira, há algo mais amplo presente na vida mental de um sujeito, o que nos permite então dizer, estendendo o sentido das palavras, que psicologia individual é, ao mesmo tempo, psicologia social ou de grupo. O indivíduo é influenciado por suas relações e estabelece com elas “ligações” que se tornam importantes e presentes por toda sua vida ou por parte dela. Freud (1913) diz existir um atrelamento entre psicologia individual e de grupo, e demonstra uma dinâmica muito parecida entre ambas. Tal afirmação está também presente em outras obras do autor. A Psicanálise pôs-se a estudar os movimentos sociais e seus mecanismos, encontrando em suas observações elementos já elaborados nos estudos da vida psíquica individual, representando uma visão abrangente sobre o homem, no âmbito histórico e social, desnaturalizando significados. Agora o leitor pode entender melhor os objetivos dos capítulos I e II em nosso estudo, afinal, ambos estão vivamente presentes no entendimento da psicologia social ou de grupo.

É por tudo isto que foi escrito até agora, que este trabalho se torna viável, ao ter como principal objeto os mecanismos envolvidos num grupo, a nação.

A psicologia de grupo interessa-se assim pelo indivíduo como membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de uma profissão, de uma instituição, ou como parte de um componente de uma multidão de pessoas que se organizam em grupo, numa ocasião determinada, para um intuito definido (Freud, 1921, p.92).

Acompanhamos então, no capítulo anterior, a trajetória do sujeito rumo à civilização. O processo civilizatório tem como principal iniciador, a transcendência do Édipo pela criança. Quando o indivíduo aceita o princípio da realidade, se torna parte de uma sociedade, de uma cultura. Ele internaliza a Lei. Ele não é onipotente, é inscrito no real e, como coloca Pellegrino (1983), é “sujeito humano”.

Quando o indivíduo é “inscrito” na sociedade como sujeito, busca agrupar-se. Este movimento em direção a formação de grupos tem por objetivo a defesa

mútua, a sobrevivência da espécie, mas também quer “ajustar os seus relacionamentos mútuos” (Freud, 1930, p.109).

III.a A dinâmica grupal

Começamos então por elucidar o que é e como se constitui um grupo. Antes mesmo que pessoas desejem se agrupar, uma condição tem de ser verdadeira entre elas. Freud (1921) diz que os indivíduos, num grupo, “devem ter algo em comum uns com os outros, um interesse comum num objeto, uma inclinação emocional semelhante numa situação ou noutra” (Freud, 1921, p. 94-95) e, de conseqüentemente, “certo grau de influência recíproca” (Mc Dougall apud Freud, 1921, p.95). Portanto, se indivíduos compartilham sentimentos, interesses, ou qualquer fator real ou subjetivo comum, formando uma espécie de homogeneidade entre as mentes, então estes indivíduos serão, efetivamente, um grupo psicológico. O grupo psicológico manifesta-se em conjunto, compartilha ações, opiniões e sentimentos de maneira exaltada, intensificada, apaixonada ou exagerada (Freud, 1921).

A excitação dos indivíduos de um grupo ocorre por meio da “contaminação” de sentimentos de um indivíduo para o outro na formação grupal. Todos que estão expostos à influência emocional, já possuem um grau mínimo necessário que os tornam homogêneos mentalmente, em relação a um determinado fator em comum. Esta influência faz com que todos os indivíduos se encontrem expressivamente submissos às emoções, às pulsões. Como conseqüência a tal submissão, os indivíduos do grupo sofrem uma considerável perda da sua capacidade intelectual, que os tornam então sugestionáveis. É o fenômeno da sugestão, que muitas vezes recebe outros nomes na literatura da Sociologia e da Psicologia de grupo. A “influência sugestiva” de um grupo leva seus componentes a satisfazer a disposição, inerente ao homem, à imitação e à indução da emoção (Freud, 1921). A sugestionabilidade era um enigma para a Psicanálise. Freud afirmou que “não houve explicação da natureza da sugestão, ou seja, das condições sob as quais a influência sem fundamento lógico e adequado se realiza” (1921, p.115). Assim sendo, Freud decidiu-se desvendar o enigma da expressão “sugestão” apropriando-se do conceito de libido para estudar a Psicologia de grupo.

III.a.1: A libido e o grupo

O termo Libido foi muito desenvolvido no estudo das psiconeuroses, primordialmente no da teoria das emoções. Freud definiu libido como:

“energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra ‘amor’” (Freud, 1921, p.115-6).

O “amor” a que Freud (1921) se refere, exprime o amor sexual, com a finalidade de promover a união sexual de pares. Obviamente, o autor explicita que o “amor”, aqui tratado, também pode ser considerado mais amplamente, como o amor entre irmão, pais e filhos, entre outros. Porém, completa que todas as formas de amor têm, em sua natureza, a implicação sexual. Desta forma, na Psicanálise, o instinto humano amoroso é, em sua gênese, o instinto sexual. Partindo do pressuposto de que libido é aquilo que permite a aproximação das pessoas, Freud (1921) entendeu que a influência da sugestão ocorre por causa do amor entre os indivíduos do grupo. Desta forma, laços libidinais são estabelecidos entre os membros do grupo, que se permitem ser reciprocamente afetados uns pelos outros em suas emoções e ainda confluem para o estado de harmonia entre eles. O grupo é caracterizado por seus laços libidinais (Freud, 1921).

Ao mesmo tempo em que os indivíduos do grupo formam laços libidinais uns com os outros, também estruturam esses laços com o seu líder, que se coloca para os indivíduos do grupo, como o pai substituto. O pai substituto é aquele que ama igualmente a todos do grupo e este sentimento é compartilhado pelos membros como uma ilusão, uma força interna da formação grupal que permite aos indivíduos manterem-se unidos.

O leitor não deve estar satisfeito com a colocação de Freud (1921) de que os instintos amorosos que permitem os laços libidinais entre os grupos têm cunho sexual. Exatamente, Freud também não estava satisfeito com isso e preocupou-se em investigar o que fazia com que os objetivos do instinto em questão fossem alterados. Freud formulou então o mecanismo da identificação, com qual já entramos em contato no capítulo anterior.

Como já dissemos, a identificação é “a mais remota expressão de um laço emocional” (Freud, 1921, p.115). Isto porque, da primeira fase da organização da libido, a fase oral, brota a primeira identificação do bebê. Ele deseja o objeto que vem a ele pela ingestão, e o destrói, ingerindo-o, aniquilando-o. É a incorporação canibalística que citamos anteriormente. Para esclarecer a possível dúvida do leitor entre identificação e escolha objetal, Freud (1921) explicou que no primeiro caso, é o objeto que gostaríamos de *ser*, no segundo, o objeto que gostaríamos de *ter*, ou então “a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi modelado” e, desta forma “(...) deixa inteiramente fora de consideração qualquer relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada” (Freud, 1921, p.117). Aí se encontra a resposta pela qual Freud procurava na construção da teoria de Psicologia de grupo. O mecanismo secreto da sugestão não é nada mais que identificação.

Logo, é o mecanismo da identificação que possibilita laços num grupo, e se baseia na “possibilidade ou desejo de alguém em colocar-se na mesma situação” (Freud, 1921, p.117). Da identificação decorre a simpatia ou empatia por algo ou outro alguém. Identificação esta que pode suceder de uma “nova percepção de qualquer qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não o é objeto do instinto sexual” (Freud, 1921, p.117).

III.a.2 Ideal de ego e narcisismo

Outra dinâmica corrente no mecanismo da identificação é o ideal de ego em conflito com o ego modificado – que contém o objeto perdido. O ideal de ego ou superego, é a instância crítica do ego, a moral, a auto observação que censura, inibe. Como dissemos no capítulo anterior, o ideal de ego é a instância diferenciada do ego original, que foi possibilitada e estruturada pela “influência de poderes superiores” (Freud, 1921, p.119). Estes poderes são representados primordialmente, pela figura dos pais. O ideal de ego se constitui a partir do meio em que o indivíduo vive. Ele se faz das exigências, ordens e atribuições do ambiente, as quais obrigam o ego real a lhes prestar obediência e atender a tais imposições. Porém, o ego não consegue satisfazer às exigências do ideal de ego. Desta forma, esta dinâmica faz com que o sujeito desiludido com seu

próprio ego, possa encontrar no seu ideal de ego a satisfação pelo seu eu.

Do ideal de ego, pode-se dizer que “é o herdeiro do narcisismo original em que o ego infantil desfrutava de auto-suficiência” (Freud, 1921, p.119). Vemos aqui então o lugar do sentimento narcísico de um indivíduo inserido numa formação grupal.

Ao olharmos para uma Nação, encontraremos maior ou menor discrepância entre classes sociais e econômicas. Os indivíduos desfavorecidos social e economicamente que dela fazem parte alimentam uma hostilidade dirigidas àqueles que os oprimem e que colaboram para a sua inferioridade perante a Nação. Porém, Freud (1928) coloca que estes fatores (sociais e econômicos) não representam o valor de uma civilização. A riqueza mental compartilhada entre os componentes do grupo nacional está retratada em forma de ideais, artes, uma cultura. Portanto a satisfação do sujeito em fazer parte deste grande grupo acontece pelos ideais culturais comuns que alimenta. Concluindo o raciocínio deste parágrafo, nas palavras de Freud:

Parece, a princípio, que esses ideais determinam as realizações da unidade cultural; contudo, o curso real dos acontecimentos parece indicar que os ideais se baseiam nas primeiras realizações que foram tornadas possíveis por uma combinação entre dotes internos da cultura e as circunstâncias externas, e que essas primeiras realizações são então erigidas pelo ideal como algo a ser levado avante. A satisfação que o ideal oferece aos participantes da cultura é, portanto, de natureza narcísica; repousa em seu orgulho pelo que já foi alcançado com êxito (Freud, 1928, p.22).

Para que esta satisfação se torne ainda mais legítima, os indivíduos são levados, pelo sentimento, a comparar sua cultura à outra. Esta outra que buscou outros meios para se realizar exhibe ideais diferentes da primeira. Tal comparação alimenta nos componentes de um grupo um sentimento de rivalidade em relação a outro. Esta dinâmica, de acordo com Freud (1928), é atestada claramente nas relações entre nações, que possuem ideais culturais dessemelhantes.

Por conseguinte, a satisfação oferecida pelos ideais culturais é partilhada entre classes distintas, sejam elas desfavorecidas ou não, todas sentirão desprezo pelo estrangeiro. É relevante explicitarmos também, que aquele cidadão oprimido social e/ou economicamente, partilha da satisfação em

pertencer àquela cultura nacional pela identificação com as classes dominantes, que podem representar seus ideais culturais assim como o ideal de ego presente na estrutura mental de cada indivíduo (Freud, 1928).

A arte é outro elemento que possibilita aos componentes de uma cultura a satisfação narcísica. A arte permite que o homem reconcilie-se com a formação nacional por ter trabalhado e se sacrificado em prol da unidade. Aquilo que a arte nacional cria intensifica o sentimento de identificação

de que toda unidade cultural carece tanto, proporcionando uma ocasião para a partilha de experiências emocionais altamente valorizadas. E quando essas criações retratam as realizações de sua cultura específica e lhe trazem à mente os ideais dela de maneira impressionante, contribuem também para sua satisfação narcísica (Freud, 1928, p. 23).

Já comentamos a relação especial que os membros de um grupo mantêm com o líder. Mas será mais bem compreendida se falarmos da dinâmica do ideal de ego presente nesta relação. Podemos inferir que, da mesma forma que o homem desfavorecido enxerga nos favorecidos de sua cultura o seu ideal, todos os indivíduos do grupo vêem no líder o seu ideal de ego. É assim que o líder contempla o amor para todos, é o semelhante dos semelhantes. Afinal, o líder exprime a figura dos pais, do Pai. Ao mesmo tempo em que cede e filia, tolhe instituindo a Lei. É o pacto edípico, a Lei do Pai que vem à tona neste momento (Pellegrino, 1983). Posteriormente comentaremos o que ou quem faz o papel de líder de uma Nação.

III.a.3 A força do grupo – O narcisismo e a agressão

Comentamos anteriormente, sobre o sentimento de rivalidade que se alimenta em relação a outro grupo e que isto ocorre fortemente nos grupos nações. Fronteiras territoriais próximas ou não, separam grupos culturalmente distintos e estabelecem rixas entre eles. É de extrema importância trazer o fenômeno denominado por Freud (1930) de narcisismo das pequenas diferenças. Eros, o instinto amoroso, une as pessoas, reunindo-as em grupos, permitindo a civilização. O instinto agressivo do homem corre no sentido contrário ao objetivo de Eros. Falamos sobre o instinto de morte (Freud, 1930) que é hostil e destrutivo e como instinto que é, deve escoar, encontrar uma válvula. Acontece nessa configuração a delimitação entre “nós” e “eles”, o

“próprio” e o “estrangeiro” (Pontalis, 1988), o fenômeno do racismo.

Podemos citar agora a contribuição de Pontalis (1988), que diz que a imagem do outro indivíduo pertencente a outro grupo é perturbadora, pois é um duplo. O duplo é extremamente perturbador porque ele é semelhante-dessemelhante, um eu que é um outro. O autor explicita a angústia do oitavo mês, quando vem de encontro ao bebê um rosto que não é o de sua mãe. Esta situação o deixa em estado de pânico, por aquele rosto não ser o de sua mãe. Esta seria a dinâmica individual do fenômeno, que coletivizado define o pânico e a rivalidade que se alimenta perante o outro, que também é semelhante (Pontalis, 1988).

Se fizermos as possíveis ligações entre as teorias da “angústia do oitavo mês” e a do “narcisismo das pequenas diferenças”, podemos dizer que o homem, ao identificar o duplo, sente medo, pânico e quer aniquilá-lo, é a válvula de escape que encontrou, na realidade, para manifestar seus instintos agressivos. O indivíduo procura então neste duplo, aquilo que não lhe é comum, no que diz respeito às características físicas, ideais (como descrevemos antes), ou qualquer outro tipo de interesse ou manifestação cultural, religiosa, etc. do outro. Ou então, projeta no outro aquilo que é ruim, ou inaceitável de si (Pontalis, 1988).

Deste modo, podemos dizer que o grupo é uma força, uma massa. Afinal se transforma em uma estrutura homogênea, fazendo com que o indivíduo seja abafado por ela.

“Não apenas já não se reconhece a diferença entre si mesmo e os outros, como já não se reconhece em si próprio. Todos os iguais e cada um igual a si mesmo. Do semelhante homogêneo, evacuação do incompatível. O incompatível, o que não pertence à massa, é então atirado para fora” (Pontalis, 1988, p.42).

Este é o mecanismo que torna o grupo poderoso, pertencente a um lugar familiar, que compartilha instintos, sejam eles amorosos/libidinais ou agressivos.

III.b Grupo e Cultura

Freud (1930) diz que a Cultura é um aspecto singular da civilização. Mas

o que é cultural? Cultura envolve tudo aquilo que o homem pode utilizar para o seu próprio benefício, sejam os recursos, as atividades, as criações que o faz “tornar a terra proveitosa” e defender-se da natureza (Freud, 1930, p.96). Ou seja, a cultura contribui para proteção e civilização do homem.

Se a cultura contribui para a proteção e civilização do homem, podemos dizer que, ao mesmo tempo, a civilização contribuiu para a formação de uma cultura, porque impôs limites aos instintos. Assim, o homem teve de tentar lidar com seus instintos para que pudesse viver em sociedade. Os instintos foram então levados a encontrar satisfação de outras maneiras. Este mecanismo foi denominado “sublimação”. A sublimação faz parte do desenvolvimento libidinal do homem, da mesma forma que está presente no processo civilizatório da humanidade, permitindo a criação e o desenvolvimento cultural. A “sublimação do instinto (...) que torna possível, às atividades psíquicas superiores científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada” (Freud, 1930, p.103).

É cultural de um grupo a sua ciência, sua arte, sua língua, seus ideais, sua religião e a transmissão de tudo isso de geração a geração. Os pais são aqueles que abrem caminhos para que o bebê encontre sentido em sua própria existência, fornecendo a ele condições para que insurja do desamparo para o “mundo do desejo e dos símbolos”, oferecendo a ele a cultura e o ingresso à sociedade (Pacheco Filho, 2002, p.262).

Cada cultura é única, pois se fez como tal a partir dos recursos e necessidades com os quais o grupo se deparou no decorrer da história. Só é possível estudar e compreender os valores de uma cultura partindo dos próprios referenciais, próprios critérios, que a fizeram ser possível. Vainier diz que:

A discussão dos valores de culturas alheias só é possível se formos capazes de reconhecer e compreender suas leis e qualidades específicas, independentemente de sua validade em nossa própria cultura. Porque valores culturais são o produto de uma situação social e só podem ser compreendidos a partir dela (Vainier apud Carignato, 2002, p.13).

Assim, a cultura, as construções provenientes dela e o mundo simbólico existente por trás dela, são em si estruturas de defesa que protegem os homens, enquanto membros de uma construção social. Tais estruturas nos defendem

“contra o confronto com a precariedade fundamental de nossa existência” (Pacheco Filho, 2002, p. 262).

No próximo capítulo, discutiremos os mecanismos presentes num grupo nacional e as vicissitudes decorrentes desses mecanismos e da atualidade. A cultura será melhor estudada, porém, deixo transparente ao leitor que não aprofundarei o mérito da religião, dados os limites de um trabalho de conclusão de curso.

Procurarei, no capítulo IV, focar os mecanismos e dinâmica grupal como disse anteriormente, fazendo uma breve alusão a alguns elementos que contribuirão para certas considerações conclusivas.

CAPÍTULO IV: SER NACIONAL E SER NAÇÃO

As discussões que travaremos neste capítulo trarão elementos e questões já levantados ao longo dos capítulos anteriores. O objetivo aqui é discutir sobre o sentimento de pertença a uma nação, um território, uma etnia. Gostaria de, a partir da teoria psicanalítica, trazer reflexões a respeito deste assunto. Reflexões estas que nos façam compreender a noção de pertencimento a um grupo que se constituiu no decorrer da história, submetido por uma condição política e geográfica. Ao mesmo tempo, falaremos do homem estrangeiro, sua relação com o país de origem e o país em que se encontra, sempre trazendo à tona a questão da “filiação nacional”.

IV.a Identificação Étnica e Raça

Sandoval (2002, p.24) diz que raça tem a ver com fenótipo, “característica natural do ser humano”. O autor diz é relevante falarmos no conceito de raça, já que até os dias atuais, na sociedade moderna, o fenótipo exerce muita influência na relação que as pessoas estabelecem umas com as outras, de acordo com a perspectiva psicossocial. Em contrapartida, Jacquard, geneticista francês, em entrevista com Pontalis (1988), diz que a ciência constatou a impossibilidade de definir o conceito de raça humana. Porém, este argumento não foi forte o bastante para que se esgotassem as definições existentes sobre raças e a existência do racismo. O autor completa dizendo que “se não existem raças, inventa-se uma para poder justificar o desdém” (Pontalis, 1988, p.34-5). Jacquard e Pontalis partem do pressuposto psicanalista de que existe uma necessidade de desprezar aquilo que se expulsa de si, ou seja, há a projeção no mundo externo daquilo que na verdade é do indivíduo. Não nos aprofundaremos aqui no mecanismo do racismo, mas é relevante dizer que, de acordo com Jacquard, o conceito de raça não se trata das diferenças entre cor da pele, forma do crânio, forma das partes do corpo, da altura. Porque para o autor, escolhe-se “um critério qualquer” e constitui-se “um grupo coerente, marcado por uma característica” que o particularize (Pontalis, 1988, p.34). Tal critério que é estipulado sem qualquer base científica (como diz Jacquard para que se definam “raças”), é pautado no fenótipo, como colocou Sandoval (2002). Podemos dizer, que o

termo raça que Sandoval nos trouxe, exprime o conceito popular de raça humana, e não científico. É assim que iremos entender o termo “raça” ao citá-lo daqui em diante.

O conceito de etnia surgiu na Antiguidade, segundo Sandoval (Sandoval, 2002, p.25), quando os povos se distinguiam não pelo fenótipo, mas pela cultura, única num determinado território a um grupo específico. Vimos no primeiro capítulo que a cultura é fundamental para que um grupo se forme e elementar para o processo de identidade do indivíduo (Castells, 1999). Freud nos mostrou que a questão do conceito de identidade não pode ser pensada sem levar em conta o fenômeno da identificação, que pode ser definido, de maneira muito simplificada: assemelhar-se a outro ego.

O homem da Antiguidade Romana, ao identificar-se com outro, formou um grupo homogêneo, construiu história, cultura, ideais, valores e, sobretudo, a língua. A etnicidade então emergiu diante do conceito baseado no fenótipo e colocou-se como grande adjetivo que distinguiu evidentemente um grupo de outro – os romanizados e os não romanizados. Este critério permaneceu por muito tempo. Isto, até o momento em que “efetivamente o fenótipo passa ser identificado como sinônimo de etnicidade” (Sandoval, 2002, p.25). No final do século XV, europeus descobriam o Novo Mundo, e passam a admitir uma conotação genética às diferenças que os separavam dos povos da África e das Américas, e atribuir ao povo do Velho Mundo, superioridade cultural. Até o século XIX, “já começa a aparecer o início de uma simbiose entre a diferenciação cultural e a não cultural que, de alguma forma, apresenta características irremovíveis nos indivíduos” (Sandoval, 2002, p.26). O autor quer dizer que neste século, o pensamento ocidental passa a fundir a noção culturalista à genética. A cultura é vista como fenótipo do indivíduo, que não pode ser tirado dele. Para exemplificar as idéias do autor, ele dá exemplos:

No decorrer do século XIX, então, surgem algumas noções de inerência. Por exemplo, os povos nascidos nos trópicos são por natureza preguiçosos. Os orientais – englobando, posteriormente, as populações indígenas das Américas – são, de alguma forma, eróticos ou muito dispostos ao erotismo e à sensualidade (...). Os europeus não nos (*o Brasil e a América Latina*) reconhecem como país ocidental. Eles nos reconhecem como diferentes. E essa coisa diferente tem nome: genética. Não tem outra explicação. Não pode haver outra explicação que não seja a visão ocidental com aspectos

genéticos embutidos na cultura. Ou seja, os trópicos continuam produzindo seres inferiores aos europeus (Sandoval, 2002, p. 27).

Podemos dizer que o traço identificatório de um grupo étnico, nos dias atuais, vai além daquilo que permeia a cultura, ultrapassando os limites da genética, mesmo que este traço seja ilusório e irreal, já que cientificamente, não existe diferença racial entre os humanos (Pontalis, 1988). E ainda, diante de outro grupo étnico este traço se intensifica no grupo, isto devido ao olhar do outro grupo sobre o primeiro e como o primeiro se compreende perante a percepção do outro.

Portanto, falaremos a princípio de etnicidade, lembrando que ela representa também, um fenótipo, presente também no conceito popular de raça. Ambos serão entendidos no âmbito do Estado-Nação.

IV.b Identificação Nacional

No momento em que nos atemos ao tema “Estado-Nação”, é impossível nos remetermos a uma experiência político-institucional simples, apenas. Afinal, nos encontramos indubitavelmente submetidos a tal estrutura social, porém, raramente nos perguntamos o quanto o seu surgimento transforma as relações “inter-humanas” ao redor do mundo (Cardoso-Gil, 2002). A configuração global em Estados Nacionais então iniciou um processo de inventar, a partir das várias identidades, uma única, aquela que caracterizasse “A Identidade Nacional”, que “integrasse a população em novos referenciais de pertencimento” (Cardoso-Gil, 2002, sem página). A partir disso, a heterogeneidade de identidades encontrou um traço identificatório comum, que deu espaço para o surgimento da “filiação nacional”, ou seja, o “nacionalismo” (Calligaris apud Cardoso-Gil, 2002, sem página). Segundo Bauman (2005), a identidade nacional, construída e moldada pelo Estado e suas forças, objetiva o direito monopolista de traçar a fronteira entre “nós” e “eles”.

A etnia de um indivíduo o caracteriza e o acompanha por toda sua vida. Esta caracterização fará com que ele seja sempre identificado como pertencente àquele grupo específico, no qual foi gerado e filiado.

Portanto, a etnicidade tem um papel particularmente importante relativo à

forma como o indivíduo se identifica, como ele se apresenta na sociedade e como diferentes grupos o percebem na sociedade. E também tem um efeito importante: assim como a raça, elementos geográficos estão ligados à etnicidade (Sandoval, 2002, p. 16).

A contribuição de Sandoval é muito pertinente neste momento. O autor afirma a importância do território na construção da identidade nacional. “O surgimento do nacionalismo conferiu novo significado aos territórios (...), foi construindo uma identidade” (Wasserman, 2002, p.99). Essa identidade nacional está acima das diferenças sociais, políticas e econômicas. Um povo se identifica como sendo natural a uma nação, um território, uma história. A naturalidade de um indivíduo confere a ele uma identidade, que legitima outras faces do seu *eu*, devido à força institucional de Estado (Wasserman, 2002).

Se houve uma época em que geograficamente os países não eram demarcados ou definidos, o grupo que vivia num espaço se dizia daquele lugar, porque era ali que fundava sua vida, estabelecia suas relações, exercia seus costumes e cultura, afinal era o modo como o grupo que lá estava se percebia e se apresentava aos outros. “Uma marca que, efetivamente, ele (o *indivíduo membro do grupo étnico*) não apaga” (Sandoval, 2002, p.16). Hoje, de acordo com Sandoval (2002), a questão étnica está cada vez mais presente na atualidade devido à globalização, fazendo com que as identificações nacionais se defrontem.

Identificações nacionais são compostas por alguns fatores chaves, que serão expostos adiante.

IV.b.1 Língua

A língua é, invariavelmente, fator primordial para que se construa uma identidade étnica. Ela permite a diferenciação de um povo em relação a outro, ou seja, as línguas são “fontes de identificação e diferenciação” de um povo. (Sandoval, 2002, p.16). O mesmo autor afirma ainda que se um indivíduo não domina a língua do grupo étnico ao qual pertence, ele é tomado por um sentimento de culpa, como se não estivesse conseguindo perpetuar o grupo e sua história, ou por não se expressar na linguagem deste grupo, se excluindo dele.

A linguagem é em si expressão. A linguagem de um grupo é o recorte que ele atribui ao mundo no decorrer de sua história. Uma língua define a maneira como um grupo se relaciona com o mundo, com os seus semelhantes e com o seu *eu*; ela estabelece regras para construção do discurso, interfere na subjetividade do indivíduo e as concepções que desenvolve sobre o mundo e o real. A língua contribui com o afastamento do homem do desamparo, permite ao homem o ingresso no grupo e na cultura (Pacheco Filho, 2002, p. 260-2).

Viviani (2002) diz que entre terra e mãe existe uma equivalência que se estabelece na língua.

A mãe, tendo uma constituição subjetiva de mulher – a mulher, quando tem um filho, tem esse filho porque o deseja como objeto do seu desejo –, necessariamente pertence a alguma lugar e fala uma língua. Dizer que ela fala uma língua significa também que a mãe faz parte do significante mãe, isto é, faz parte da linguagem (Viviani, 2002, p.147).

Neste sentido, se a mãe faz parte da linguagem, ela pode dar nome ao seu corpo, e então pode dar nome a seu desejo. Assim, o seu filho também pode ser nomeado como ser deste desejo, e toma lugar como significante, o lugar do falo, representante do desejo materno (Viviani, 2002). O autor fala aí da língua, “não só do código ou sistemas de signos, mas também do conjunto de traços inscritos no sujeito a partir da expressão dos desejos daqueles que o constituíram como tal” (Viviani, 2002, p.147). É então uma língua materna, da qual se entende não somente a língua falada no lugar de origem, na terra natal, mas a língua na qual o desejo da mãe pelo filho é expresso, como um desejo de objeto. Portanto, a língua materna garante ao sujeito os significantes de que ele necessita para se tornar ser desejante, e é por estes significantes que ele pode expressar seu desejo no discurso.

Deste modo, a língua materna configura no sujeito sua subjetividade única e singular, se notarmos para a forma como ela possibilita a expressão do desejo de sua mãe e de si próprio. Caberá ao pai simbólico, a Lei, impor a separação mãe e filho, possibilitando a identificação do filho com o pai e tornando o último, sujeito inscrito na sociedade. A língua se faz então como traço identitário os semelhantes filhos da mesma mãe, a terra materna.

(Viviani, 2002)

IV.b.2 História

A história é outro fator preponderante na composição de uma identidade étnica. A história de um grupo é única, ímpar. Ela descreve a constituição dos grupos originários e os demarca. O fator histórico também influencia o movimento dos grupos migratórios e seus valores culturais, ideais e práticas sociais (Sandoval, 2002, p.16).

Sandoval diz ainda que a história está implicada igualmente na relação de um grupo com outro, na capacidade do grupo em identificar indivíduos de outras etnias. “A forma como estes grupos se encontram influi no sentimento de etnicidade” (Sandoval, 2002, p.18). A relação entre os grupos faz com que encontrem diferenças entre si, características fenotípicas, traços identificatórios que os diferenciam e que são notados entre aqueles que fazem parte da relação “interétnica”. Esta caracterização e diferenciação que os grupos encontram uns nos outros, podem ser imaginárias. Mas porque isto advém de um fator histórico? Ora, tais traços atribuídos a este ou aquele grupo, fazem parte da caracterização cultural que ele mesmo deixa transparecer, o seu “jeito de ser”, o que os outros (e o próprio grupo) acreditam ser fenotípico.

IV.b.3 Religião

Foi dito anteriormente, que não nos aprofundaremos no fator religião. Mas é sabido que Freud dedicou-se em alto grau ao tema, assim, eu não poderia de deixar de citá-la como um elemento importante na constituição de uma raça, de uma etnia. “Para os grupos, na verdade, a religião representa visões cosmológicas muito diferenciadas” (Sandoval, 2002, p.18). É evidente a importância da religião para um grupo e tudo que se constrói a partir dela. A cultura também envolve a religião e seus rituais, que se tornam tão únicos e característicos de um grupo. Porém, não entraremos na questão maior que trouxe Freud sobre este tema. Continuaremos em frente no trabalho entendendo que a religião, seus cultos e rituais se formam e se legitimam num contexto grupal e atravessam os valores e características culturais de um

grupo.

IV.c Sentimento de Pertença

Pacheco Filho (2002) alude o modelo prototípico, ou mito, descrito por Freud em *Totem e Tabu* (1900) sobre o surgimento da cultura e da sociedade:

(...) uma horda primitiva cujo chefe matava ou expulsava os filhos, para se apoderar de todas as mulheres do grupo. Rebelando-se contra este pai terrível, um dia os filhos uniram-se em aliança conspiratória e o assassinaram. Depois, devoraram o seu corpo em um ritual antropofágico, celebrando a união, a vitória e um pacto de que nenhum deles procuraria retomar o lugar do pai despótico morto (Pacheco Filho, 2002, p.257-8).

O surgimento da cultura e da sociedade teve como a base a “violência originária”, onde está inscrito o modelo de vínculo social como entende a Psicanálise. Pacheco Filho (2002) diz que deste modelo advém a “instauração de uma Lei, que ao mesmo tempo, organiza a sexualidade e as relações sócias, permitindo a identificação entre os membros do grupo” (Pacheco Filho, 2002, p.258). Segundo o autor, o que permite o reconhecimento de um grupo e o pertencimento a ele, é a Lei, que une membros de uma sociedade, que não os faz repetir o “crime original” e que os faz serem obedientes às leis que a própria sociedade construiu.

Já dissemos anteriormente sobre o fenômeno da identificação. Tal fenômeno está inscrito na Lei, fundamentando os laços sociais e possibilitando aos indivíduos se identificarem uns aos outros como membros de uma mesma sociedade (Pacheco Filho, 2002). Vejamos então, que muito além dos laços sociais, conformados pelos processos da identificação (já discutidos anteriormente), está a Lei unificante de uma sociedade. Numa nação, indivíduos se identificam como “iguais ou irmãos; e, ao mesmo tempo, diferenciam-se dos outros”, buscam pela “manutenção das suas leis e valores instalados” e aqueles que infringem as leis sociais, devem ser punidos (Pacheco Filho, 2002, p.258).

Contardo Calligaris (1997, p.15), propõe o termo “umtegração” para tratar de sentimento patriótico. Ele discute o “UM”, que uma nação atribui aos seus filhos. Esse “UM” confere o traço identificatório de um povo; é o

“significante nacional na sua história e na sua significação”. Calligaris levanta ainda, que o “UM” de uma nação funda a filiação nacional e, da mesma maneira, o nacionalismo.

Calligaris (1997) discorre também sobre a função paterna que a pátria assume. De acordo com o autor, função paterna “é algo que me limita, me coíbe e, por assim dizer, em troca, me outorga uma cidadania, um lugar simbólico e alguns ideais básicos de referência” (Calligaris, 1997, p.80), ou seja, me concede uma filiação. A pátria exerce o papel de Pai simbólico, que interditou o corpo da mãe, o deleite no prazer e no gozo, e impôs a Lei, e assim, fez possível a filiação, o “assujeitamento” do filho, ou seja, o fez sujeito (Calligaris, 1997, p.153), o fez sócio da sociedade. Portanto, o indivíduo, membro daquele lugar, daquela nação, internalizou a proibição do incesto (renúncia pulsional, tanto erótica quanto agressiva) e se identificou com os valores paternos (Pellegrino, 1983).

Não podemos deixar de mencionar que os processos de identificação não são experiências emocionais pautadas na lógica ou na razão, mas experiências essas que estão presentes “desde os momentos inaugurais de surgimento do nosso *eu*”, fugindo ao entendimento e assimilação da consciência (Pacheco Filho, 2002, p. 259).

Calligaris (1997) aborda também o efeito da história, dos antepassados, da cultura e das tradições e o nomeia de “fundação”: o efeito do movimento tempo-espacial e os fatores que atravessam essas duas instâncias, no âmbito da sociedade, do homem, seus laços e grupos constituídos. Na fundação que tem êxito, ocorre a transmissão dos fatores citados acima, instituindo assim, uma ordem simbólica que, se tratando de um país, “se sustenta no significante nacional” (Calligaris, 1997, p.100). A partir disso, penso sobre a questão de que o significante nacional, o nome da Pátria (o Nome do Pai), é possibilitado pela fundação para possuir “uma referência simbólica para a lei que permitiria a convivência da comunidade” (Calligaris, 1997, p.101). Portanto, este é o “UM” comum, que funda a filiação nacional, é o traço identificatório que une uma nação, que atribui um lugar simbólico ao seu “filho”, é aquilo que une no significante nacional uma história e uma significação de ser, de acordo com

Calligaris.

IV.d Estrangeiro – o Outro

“(...) arrancado de seu meio, todo homem começa a sofrer, é mais agradável viver entre os seus. Mas, em seguida, o expatriamento pode se tornar uma experiência proveitosa. Permite que se pare de confundir o real com o ideal, cultura com natureza. O homem desenraizado, caso consiga ultrapassar o ressentimento provocado pelo desprezo ou hostilidade, descobrirá a curiosidade e praticará a tolerância (...)” (Todorov apud Koltai, 2002, p. 74-5).

Freud era migrante, solitário nesta condição imposta à sua família e ao povo judaico. Segundo Koltai (2002), o fato de Freud ter sido migrante e a solidão como estrangeiro lhe permitiram elaborar a teoria psicanalista e sua clínica, para assim “prestar ouvidos à causa inconsciente do sofrimento humano” (Koltai, 2002, p.74). O inconsciente é o estrangeiro que nos toma e que provoca em nós a recusa da diferença, o medo do Outro desconhecido. Somos todos estrangeiros a nós mesmos.

Objeto identificatório e contra-identificatório, diante do estrangeiro, o sujeito nunca permanece indiferente, até porque é como se tivesse de fazer existir fora de si algo que lhe é interior. E se o outro fosse eu mesmo? O que se questiona com essa interrogação é a própria cena do inconsciente onde o sujeito se constitui (Koltai, 2002, p.74)

Quem é o estrangeiro? O que faz fora do país de origem? Por que está na minha terra? Até quando ficará aqui? - São algumas das perguntas que costumam ser feitas ao se ter notícias de um novo estrangeiro na região. Convido-os então a se colocarem não na posição dos inquisidores, mas na do “outro”, no lugar daquele que não é “dos nossos”.

Provavelmente, uma das primeiras coisas que notaria seria o lugar. Suas ruas, construções, o clima, a natureza, o volume de pessoas. Notando a configuração do lugar, o leitor provavelmente prestaria atenção nas pessoas. A maneira de andar, de vestir, de relacionarem-se uma com as outras. Neste momento, saltaria aos olhos – e ouvidos! – a língua estranha e a angústia de não entender o que é dito.

Inicialmente, um dos sentimentos que tomam o estrangeiro é a angústia por estar na nova terra. Ao perder as referências com as quais estava

habitado e lhe eram então familiar, ele se vê invadido por sentimentos nostálgicos em relação à terra de origem e estranheza ao novo lugar, mesmo que este lugar represente a terra de desejo. Abandonar o próprio país não é uma decisão simples de ser tomada e deve-se ter um bom motivo para isso. Freud em *Luto e Melancolia* (1915) diz que “a perda da Pátria corresponde à perda de um ser querido, exigindo assim um trabalho de luto” (Freud apud Koltai, 2002, p.74).

IV.d.1 Por que emigrar?

Os motivos que levam um indivíduo exilar-se e emigrar podem ser de cunho externo ou interno. Externo se as razões forem econômicas, políticas, religiosas, climáticas. Já os motivos de cunho interno, se o sujeito sofre de um terror subjetivo e que se impõe como uma barreira ou trava para sua própria liberdade (Koltai, 2002). Aí estão os aspectos psíquicos ligados ao processo de migração.

Carignato (2002) refere-se à obra de Freud *Sobre o Narcisismo: uma Introdução* (1914) quando diz da imagem materna (olhos, boca, tato, seio), que se constitui como primeiro objeto de ligação do bebê. À medida que ele se desenvolve se identifica com outros objetos, como o pai, irmãos e amigos. Objetos materiais (casa, carro, roupa, comida) e simbólicos (lar, pátria, conhecimento, ideais) também se constituem como objetos de ligação, com os quais o sujeito se identifica. Porém, por mais que o sujeito busque a satisfação, ele não se desvinculará do objeto ideal de satisfação, a ligação narcísica que estabeleceu no início da vida. Mesmo abandonada, esta ligação estará sempre presente, idealizada, na busca do sujeito pela satisfação. Neste sentido, a ligação primordial nunca se rompe e reaparece ainda mais intensa, quando o sujeito sofre nos momentos difíceis da vida de desilusão e desamparo. É neste momento que o desejo de religação com a imagem materna primitiva ressurgir. Tal imagem se conecta à terra natal, a qual fora aclamada pelos ideais parentais, e nostalgia dos mesmos. É daí que vem o desejo de religar-se:

O desejo de ligação vem associado à atração exercida pelo Outro materno com quem o sujeito quer fundir-se. É o lugar dos significantes (...). Então o sujeito parte fascinado como as mariposas atraídas pelas luzes, em busca

de um objeto que já estava perdido, ou seja, da coisa materna que ele descartou ao entrar no mundo da cultura (Carignato, 2002, p.56).

Assim, o sujeito parte em busca da reparação da frustração e insatisfação que o rompimento daquela ligação promoveu, parte para retomar o sentimento de auto-suficiência, impossibilitado pela não concretização de seus ideais narcísicos, os quais são sempre reativados com o sofrimento amoroso ou dificuldades diversas durante a vida. Todos esses fatores “associados – narcisismo, ideais exacerbados, decepções amorosas e dificuldades financeiras –” irão contribuir, promovendo condições favoráveis, para que o sujeito queira emigrar (Carignato, 2002).

O estrangeiro é então uma pessoa que veio de outro lugar, está longe de sua terra natal. Ele pode ser bem vindo ao novo lugar, mas é passível de ser expulso e mandado de volta ao seu país. A condição de “repatriado” só surgiu recentemente, quando o conceito sociopolítico de estrangeiro surgiu (Koltai, 2002).

IV.d.2 O encontro com o Desconhecido e suas vicissitudes

O sujeito então que escolhe ser emigrante, parte ao encontro do Desconhecido, o qual é carente de referenciais simbólicos pelos quais o migrante pode se guiar. Carignato (2002) afirma que, mesmo que o indivíduo já conheça a terra desejada, que tenha estudado sua cultura, sua língua, a geografia do lugar e que tenha se preparado para tal mudança, o Desconhecido estará sempre lá, o sujeito vai se deparar com este fato, porque este Desconhecido também está no próprio sujeito. Este encontro será sempre perturbador, afinal, no ambiente estrangeiro, as referências simbólicas com as quais o indivíduo esteve sempre acostumado e que mediavam suas relações sociais, são quase que anuladas. Neste ambiente estranho, as censuras internas são amenizadas e os referenciais culturais se invalidam, os elementos não simbolizados podem emergir com muita intensidade, e conseqüentemente, sintomas dos mais variados podem passar a existir.

Podemos entender então que quando um sujeito migra, acontece inevitavelmente uma ruptura com a cultura anterior, ruptura esta que pode ser

reconhecida, elaborada ou não. As separações e rupturas que ocorrem invariavelmente na vida do migrante, fazem com que o sentimento narcísico de desamparo se reforce, se atualize. Ao perder seus referenciais, o sujeito se depara como um estranho nas relações com os outros e com si mesmo. “Desconhecendo a língua e o ambiente da nova sociedade, reedita a situação de desamparo infantil e dessa forma se reativam a angústia e o medo da castração” (Carignato, 2002, p.64).

Nessa situação, o indivíduo pode negar o rompimento com sua cultura, impedindo-se (consciente ou inconscientemente) de se adaptar à realidade da nova terra, permanecendo “ligado às antigas representações” (Carignato, 2002, p.65). Ou então, visto em profunda solidão, o migrante busca por “reproduzir as ligações anteriores, recriando na nova sociedade, ambientes que acreditam ser iguais aos que deixaram no passado” (Carignato, 2002, p.62). Outra possibilidade é o sujeito no novo país, se entregar completamente ao trabalho, que provê seu sustento financeiro e psíquico. Há também aqueles, em busca de suprir o vazio psíquico, “constituem rapidamente novas ligações, novos laços sociais e amorosos, cortando subitamente aqueles que lhe parecem frustrantes, distantes ou dolorosos” (Carignato, 2002, p.62). Essas novas ligações são simplesmente substituições das outros que se estabeleceram no país de origem. Entretanto, ao negar o passado, o estrangeiro o faz ainda mais presente no seu íntimo. As novas relações podem se tornar “aprisionantes, sem possibilitar espaços psíquicos para a subjetividade” (Carignato, 2002, p.63). Afinal, no novo lugar não se conhece a língua e os símbolos, o migrante fica impossibilitado de circular, se fazendo então dependente de um outro.

Membros de um mesmo grupo étnico ou mesma nacionalidade tendem a se identificar significativamente quando se encontram num outro país que não o de origem (Sandoval, 2002). Ambos em situação de desamparo e com traços identificatórios compartilhados que os fazem pertencer a um mesmo grupo, traduzirão símbolos do antigo país, que formavam sua identidade, em novas identificações.

Um dos traços – e dos mais intensos – que esses sujeitos

compartilharão, é a língua (Viviani, 2002). Este autor diz que estrangeiros são estrangeiros porque têm sotaque e a sua fala que os denuncia. Ele diz que é a língua diferente da língua materna de um país que coloca o imigrante no lugar de estranho, estrangeiro e não apenas em sua imagem, hábitos e cultura. Viviani propõe que o estrangeiro não é apenas um indivíduo que apresenta uma “imagem corporal diferente dentro dos determinantes da raça” (Viviani, 2002, p.151). O autor coloca que a questão do ser estrangeiro ultrapassa o imaginário corporal, dizendo que o “estrangeiro é o bárbaro, o *barbarus*, tanto aquele que tem o uso incorreto da língua, como também aquele que tem sotaque” (Viviani, 2002, p.151). O autor diz que aí se pauta também a questão do racismo, conceito que não traremos para discussão neste momento.

Como pudemos ver, o estrangeiro buscará um eixo para se pautar, já que ele abandonou seus referenciais para trás. O trabalho de luto de que diz Freud (apud Koltai, 2002), com a perda do país de origem, é necessário, para que haja uma boa elaboração do desligamento da ligação materna, criar possibilidades de novas identificações, novas formas simbólicas e significados para os significantes disponíveis no país em que se encontra.

Carignato (2002) deixa isto explícito e diz que os fatos citados anteriormente não anulam os movimentos migratórios. Em suas palavras:

A migração sempre recria a cultura, a dos imigrantes e da sociedade que os recebe. A migração possibilita a formação de novas identificações, pois seus agentes não precisam necessariamente colocar-se na rejeição ou na sedução da nova cultura (...). Eles (*os imigrantes*) podem construir novas formas simbólicas de uma geração a outra, às vezes mais liberalizantes, outras mais conservadoras (Carignato, 2002, p.66).

Mesmo assim, a autora deixa claro que algumas identificações fundamentais inconscientes não são passíveis de ser elucidadas sob a razão e que esses processos são “marcados por conflitos de forças contrárias”. Então, é com as vicissitudes dos processos migratórios e os conflitos psíquicos que deles surgem que a sociedade moderna precisa aprender a conviver (Carignato, 2002, p.66).

O leitor há de concordar que olhar para questão do estrangeiro, nos faz compreender ainda melhor o sentimento de pertença a um lugar que nos

marca por toda vida. No próximo capítulo, tentaremos assimilar tudo o que foi escrito até aqui e expor as reflexões que este trabalho nos permitiu elaborar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, retomaremos o que foi escrito no decorrer deste trabalho. As informações e conhecimento compartilhados até aqui não se esgotarão e seguramente haverá muitas outras possibilidades de articular cada conceito, construção teórica e histórica, e até vivências particulares ou familiares relembradas a partir do que foi escrito aqui, as quais também são significativas.

É importante lembrar aqui, que Freud olhou para o indivíduo e para a sociedade num determinado momento histórico. Não teve o intuito de promulgar uma teoria que não fosse passível de reflexão ou mudança. A Psicanálise não tem como base a premissa de que os fenômenos da psique humana têm cunho “natural”, ou seja, que são da ordem da natureza. Deve ser do conhecimento do leitor que Freud não estancou sua teoria, mas pelo contrário, deixou abertura para que fosse sempre discutida e revista. É desta forma que busquei elaborar este trabalho, desnaturalizando os fenômenos aqui tratados.

No Capítulo I, discutimos termos e conceitos que foram presentes em todo trabalho. Quero destacar o conceito de nação e território. Território como lugar onde se constrói vínculo, que representa um lar, se ergueu quando o homem deixou de ser nômade e se fixou num pedaço de terra onde pôde cultivar uma crença, uma cultura. Era um lugar sagrado, que representava mais do que um pedaço de terra. Quando surge o tema nação, após o advento do Estado, e as pessoas internalizam o significado do “ser nacional”, o amor e respeito pela terra permanecem, pois é a terra mãe que concedeu a língua, que permitiu que o sujeito fizesse parte daquela cultura, que estabeleceu a Lei e as leis, que se faz lar para os semelhantes - o grupo do qual o sujeito faz parte e se identifica. Podemos dizer que é o vínculo com o território que permite o sentimento nacional e conseqüentemente, permite que aquele espaço geográfico se torne uma nação com um nome: o nome do “lugar”. Tudo isto, contempla o sentimento de pertença a um lugar chamado “a nação”.

Para dar mais consistência ao parágrafo anterior, considero importante citar aqui a contribuição que Haesbaert (apud Freire e Vieira, 2006) faz a

respeito de território e o que coloca Calligaris (1997) sobre a história e o espaço. Haesbaert fala de “fundamentação ontológica do ser humano”, enquanto Calligaris fala de “fundação”.

Para o primeiro, a ênfase teórica é na ocupação de um lugar, um território delimitado que através do vínculo entre sociedade e espaço possibilitou o enraizamento da humanidade. É a partir desta territorialidade do homem que um grupo é capaz de construir a si mesmo e fazer surgir em cada membro uma identificação com o território, sentimento de ser pertencente àquele lugar.

O segundo enfatiza o efeito que a história e a transmissão daquilo que foi construído pelo homem no decorrer do tempo causa num grupo. É o movimento histórico que acontece num determinado lugar e a propagação de fatores culturais acumulados no tempo que permitem, instituem e sustentam o sentimento de pertença a um território.

Ora, o homem só pode criar vínculos com os outros indivíduos que o cercam e com a terra que habitam porque este mesmo homem pôde construir com os outros homens num determinado lugar. No entanto, construção só ocorre ao longo do tempo, de uma história, a qual só se torna relevante porque é contada, transmitida e compartilhada. A “fundamentação ontológica do ser humano” e a “fundação” envolvem, indubitavelmente, territorialidade, mas só envolvem territorialidade porque estão submetidas ao tempo, ao movimento da história. Vejam que o enraizamento do homem nos fez refletir sobre filiação nacional a partir da modernidade e que o vínculo com a terra só foi possível porque a humanidade foi estabelecendo-se progressivamente no lugar desejado.

Foi então o movimento histórico que nos levou por este caminho. A importância que o homem atribui ao território e à nação é apenas compreendida se olharmos para o passado, para o fenômeno da transmissão dos fatores e fatos criados pelo indivíduo no seu coletivo, realizada de geração a geração, e refletirmos sobre quais sentidos construídos e reconstruídos permanecem para este homem contemporâneo e qual é o reflexo desta dialética sobre ele.

Para pensar sobre isso com maior embasamento, trago a contribuição do Capítulo II. Nele vimos como, na teoria freudiana, se constitui a psique do homem. Foi importante também lembrarmos a dinâmica que ocorre entre as instâncias psíquicas e o desenvolvimento psíquico de um indivíduo. Freud demonstrou a relevância da relação indivíduo-indivíduo e o impacto que e o caráter desta relação tem na constituição do sujeito, como vimos no vínculo entre mãe-bebê e pais-bebê quanto aos desejos, formação do superego e identificação primária. É pela transmissão da cultura e história que a criança pode fazer parte do grupo dos homens, pode ser humano, histórico e ainda, é mediante o aparecimento de um terceiro e imposição da Lei que pode vir a ser parte da sociedade. A importância da presença de um capítulo como o nosso segundo, é refletirmos sobre o homem em seu âmbito individual para compreendermos o surgimento e dinâmica da relação que estabelece com o outro e os vínculos que nutrem estas relações. Compreendendo as instâncias psíquicas do homem, sua constituição como sujeito, as relações nas quais está inscrito e suas vicissitudes, podemos nos tornar mais íntimos da teoria psicanalítica de grupo, porque de acordo com a Psicanálise, é possível caminhar facilmente entre indivíduo e grupo, quando se diz da teoria. Há proximidade suficientemente densa entre ego e grupo, um paralelismo, uma equivalência. Desta forma, o Capítulo II nos trouxe mais autoridade para falar sobre grupo e novas formas possíveis de pensar o indivíduo no âmbito grupal.

Podemos citar a dinâmica edípica, que nos permitiu fazer associações entre o indivíduo e o grupo. Atentemos também para o fenômeno da identificação, tão explorado e imprescindível neste trabalho. Foi olhando para o âmbito individual do mecanismo que pudemos ler a dinâmica grupal. Com o mesmo raciocínio partimos para a compreensão dos conceitos de *narcisismo das pequenas diferenças* e o de *angústia do oitavo mês*, no terceiro capítulo, os quais só pudemos entender à luz das explicações a respeito das secções psíquicas e o desenvolvimento psíquico do indivíduo. Ambos os conceitos têm reflexos visíveis na vida em grupo adulta, como a disputa entre grupos, a xenofobia e o racismo.

Aliás, acredito que este trabalho traria uma contribuição ainda mais rica se aprofundássemos sobre as características presentes na maioria dos grupos

étnicos e nações, como a xenofobia e o racismo. Entendo que estas duas formas de mostrar, a princípio, a aversão e o preconceito sobre outro grupo - ou indivíduo que representa simbolicamente outro coletivo – são relevantes para a elaboração do tema ao qual nos propusemos. São conflitantes e polêmicas, por isso poderíamos tirar grande proveito das possíveis elucidações. O que não foi feito, já que, assim como dissemos a respeito da religião, não nos foi possível desenvolver mais este aspecto devido às limitações próprias de um TCC.

Já no Capítulo III, o leitor pôde se apropriar da teoria psicanalítica da Psicologia de grupo. Neste capítulo pudemos compreender o mecanismo que permite que indivíduos formem laços entre si, ou seja, a identificação possibilita a formação de grupos. Relembramos o papel do narcisismo e o do ideal de ego na construção do grupo e sustentação dos laços entre os membros. A partir destes mecanismos, pudemos compreender que indivíduos de diferentes classes sociais e econômicas de uma mesma nação se identificam e se fortalecem como grupo e sentem-se filiados a mesma construção cultural. Este foi outro ponto que rendeu muita discussão neste trabalho: a cultura.

Quando abordamos o tema Cultura, trouxemos à tona a importância do mecanismo da sublimação no processo civilizatório da humanidade. Sublimando, o homem foi capaz de satisfazer seus instintos e desenvolver-se culturalmente. Vejam que está implicado no desenvolvimento cultural e processo civilizatório, mais uma vez, o movimento histórico da sociedade. A cultura foi historicamente construída e transmitida de geração a geração e abarca uma série de estruturas e um mundo simbólico que “ajusta” indivíduos com condições humanas distintas num lugar equiparado, como irmãos, que herdaram de seus antepassados todos os sentidos e simbolismos que foram criados e desenvolvidos de forma única, ímpar. Este é o peso da cultura e que permite aos indivíduos de um mesmo Estado se sentirem filhos de uma nação.

Vimos também que a comparação do próprio grupo a outro, só alimenta a satisfação de pertencer a ele e a rivalidade ao outro. Foi neste ponto que Freud chegou mais próximo do tema que levantamos para a elaboração deste trabalho. Dizendo que tal dinâmica grupal é visivelmente atestada nas relações

entre as nações. Daí mais um motivo de termos feito no Capítulo IV elucidações a respeito do estrangeiro, aquele que não partilha, a princípio, dos mesmos ideais culturais do novo país, e trazer para discussão as dificuldades e questões que influenciam a vida do indivíduo estrangeiro neste novo lugar.

No Capítulo IV, tendo em vista o que foi escrito até então, pudemos tirar proveito das diferenças entre identidade étnica e raça. Deparamos-nos com a inconsistência do conceito de raça que hoje é deveras deturpado e mal interpretado. O traço identificatório do grupo étnico vai muito além daquilo que o conceito de raça consegue abarcar. Raça é percebida de maneira preconceituosa. Hoje este termo caiu por terra, e por muitas vezes pode ser mal utilizado ou mal interpretado. Creio que este seria mais um importante estudo a ser feito, juntamente com o que já foi dito anteriormente sobre a questão do racismo e xenofobia. Provavelmente, o leitor já tenha conhecimento prévio para compreender que identificação étnica pode ir ainda mais além que os limites de um território nacional. Porém, acredito que a clara percepção e o entendimento sobre o conceito de “território nacional” possam contribuir para um aprofundamento do temas identificação étnica e etnicidade, que particularmente também me instigam.

Desta forma, adentramos o tema identificação nacional, que aos poucos foi sendo elucidado no decorrer do texto. Desejo deixar claro neste momento que, o tema “identidade nacional” surgiu a partir do interesse dos Estados territoriais, fazendo com que o sentimento de pertencimento a uma nação fosse imposto por uma imposição e necessidade política. Ainda que desta forma, foi se construindo ao longo da história, significados para aquele lugar demarcado e foi sendo permitida a emergência de uma identidade comum, que embasava o sentimento de pertença. Esta identidade comum advém de uma língua compartilhada, a língua que dá subsídios para o indivíduo dar voz ao mundo simbólico, herdado dos antepassados, transmitido pelos pais. A identidade comum de um povo (seus traços identificatórios) também advém de uma história compartilhada, que permitiu a caracterização do grupo.

Falamos de filiação nacional, ser filho de uma pátria e sentir-se parte do grupo nação. Assim, indubitavelmente, trouxemos o tema nacionalismo para este trabalho. No Capítulo III, quando abarcamos a questão dos ideais

culturais, narcisismo e ideal de ego, citados por Freud (1928), pudemos compreender melhor a força que une o grupo em prol do próprio país. Acredito que o tema do nacionalismo nos acompanhou durante todo processo, afinal se o nacionalismo existe, então também há sentimento de pertença e filiação nacional. No entanto, é difícil definir até que ponto o conceito de nacionalismo se difere dos conceitos de filiação nacional e pertencimento a uma nação. Todos são intrínsecos e se entrelaçam. A meu ver, não cabe fazermos uma distinção de cada conceito, já que se eles confundem na sua dinâmica e mecanismos.

Alguns autores citados no Capítulo IV como Pellegrino, Calligaris e Pacheco Filho, nos permitiram compreender que a pátria exerce o papel do Pai simbólico, que impôs a Lei ao mesmo tempo em que possibilitou a vida em sociedade. O indivíduo identifica-se com os valores paternos – identificação esta que a função paterna propiciou. Autorizado pela fundação (termo de Calligaris, 1997, discutido anteriormente), o traço identificatório de um povo une uma nação. Afinal a história, o espaço e a transmissão de tudo aquilo que foi construído, permite ao nome do Pai, ou o nome da pátria, se tornar referência simbólica e atribuir lugar simbólico aos filhos, marcando em cada um o traço que os torna filhos e “irmãos entre si”. Aí está o sentimento de pertença àquele país.

No último capítulo discutimos também sobre o estrangeiro. Quando procurava bibliografia para a construção deste trabalho, encontrei material interessantíssimo sobre o estrangeiro. Este material me auxiliou muito na reflexão e entendimento do tema deste trabalho. Considerei relevante fazer algumas considerações sobre o estrangeiro, já que partimos de outro ponto de vista, o ponto de vista do “Outro”. No estudo do estrangeiro também chegamos mais próximos aos sentimentos de rivalidade entre uma e outra nação ou comparações de conotação negativa do próprio país a outro. Além disso, como já foi referido, o tema deste trabalho surgiu quando eu vivia como estrangeira e discorrer sobre este “Outro” fora de seu país, me mobilizou e instigou.

O estrangeiro, fora do seu país de origem perde as referências simbólicas, inerentes a sua pátria e à história de seus antepassados, e o estranhamento ao novo lugar é quase inevitável. Ele rompe com sua cultura e

este rompimento implica numa série de aflições e questionamentos, mais ou menos intensos, dependendo da forma como o indivíduo vai lidar com tal rompimento. No novo país, o estrangeiro reedita a situação de desamparo infantil, sendo acometido pela angústia e medo da castração. O estrangeiro rompeu com o Pai, perdeu o lugar de filho, de sócio. Este lugar o atormenta, e para amenizar estes sentimentos, busca religar-se ao seu objeto ideal de satisfação, conectado à imagem da terra natal. Tal busca pode acontecer das mais diversas formas.

Para o país que recebe o “Outro” (estrangeiro) é também muito perturbadora esta presença. Afinal o estrangeiro é o diferente que se denuncia pela língua, pelo sotaque. A língua é fator extremamente relevante no âmbito dos ideais culturais de uma nação, como já vimos anteriormente, tanto é que o estrangeiro no novo país se torna visivelmente o “Outro”, àquele que não veio de nós, que não compartilha do nosso mundo simbólico. O estrangeiro é então o bárbaro que não partilha dos mesmos valores e ideais culturais do país que o recebe. Esta percepção ocorre entre as nações, e intensifica o sentimento de pertença que as pessoas nutrem por sua pátria, e também a rivalidade entre nações.

Finalizamos este trabalho falando sobre o estrangeiro. Isto também nos levou a entender que a migração também recria a cultura, daquele que recebe e daquele que vai de encontro com o novo. Novas identificações podem ser criadas e estabelecidas. A tolerância ao “outro” pode ser cada vez maior. Ser filho de um país não limita o indivíduo àquele lugar. Se ele partir, decidindo se tornar estrangeiro, ele poderá elaborar este desligamento com o materno e criar novas formas simbólicas e significados para os significantes disponíveis no novo país. Ele representa o seu país, pois carrega consigo a sua língua mãe. O estrangeiro pode ser visto como embaixador, aquele que promove o intercâmbio de culturas, que descrystaliza papéis e conceitos preconceituosos e que renova o sentimento de pertença das pessoas do novo país e de si próprio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedito Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOBBIO, Norberto. (1986) **Estado, poder e governo**. In: *Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007, p.53-126.

CALLIGARIS, Contardo. **Hello Brasil!: Notas de um europeu viajando ao Brasil**. São Paulo: Escuta, 1996.

CARDOSO-GIL, M. R. **Identidade nacional brasileira: Interpretações do Outro?** 2002. Disponível em: <http://www.freudlacan.com/articles/article.php?id_article=00408>. Acesso em 1 de maio de 2009.

CARIGNATO, Taeco Toma. **Por que eles emigram?**. In: CARIGNATO, T.T. et al. *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo: YM Editora & Gráfica, 2002, p.55-66.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Identidade e instituição psicanalítica**. *Boletim de Novidades da Livraria Pulsional*, set 1999, São Paulo, ano XII, vol. 125, p. 49-56. Disponível em: <<http://ceccarelli.psc.br/artigos/portugues/html/identidade.htm>>. Acesso em 1 de maio de 2009

COULANGES, Fustel de. (1864). **A cidade antiga**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, José Célio e VIEIRA, Emanuel Meireles. **Uma escuta ética de psicologia ambiental**. *Psicologia e Sociedade*. Mai/ago 2006, vol. 18, no. 2. Disponível em: <<http://www.scientificcircle.com/pt/55774/escuta-etica-psicologia-ambiental>>. Acesso em 18 de abril 2009.

FREUD, Sigmund. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund*

Freud, vol. VII, p.163-189. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. (1908). **Sobre as teorias sexuais das crianças**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1913). **O interesse científico da Psicanálise**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIII, p.186-190. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1917 [1916-17]). **Parte III. Teoria geral das neuroses**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XVI, p.309-342. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1921) **Psicologia de grupo e análise do ego**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1923a). **O Ego e o ID**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1923b). **A organização genital infantil: Uma interpolação na teoria da sexualidade**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1928). **O futuro de uma ilusão**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XXI, p.15-23. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1930 [1929]). **O mal estar da civilização**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1933 [1932]). **Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise**. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XXII, p.63-84. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HOBBSAWN, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KOLTAI, Caterina. **Curso e percurso do estrangeiro**. In: CARIGNATO, T.T. et al. *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo: YM Editora & Gráfica, 2002, p.67-78.

PACHECO FILHO, Raul Albino. **Migração, desamparo, racismo e xenofobia**. In: CARIGNATO, T.T. et al. *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo: YM Editora & Gráfica, 2002, p.257-264.

PELLEGRINO, Hélio. **Pacto edípico e pacto social: da gramática do desejo à sem-vergonhice brasílica**. Texto extraído do suplemento folhetim, Folha de São Paulo, set. 1983.

PELLEGRINO, Hélio. **Ainda é a cabeça que liberta o corpo**. Transcrição de conferência (apostila da disciplina de Psicologia do Ciclo Básico da PUCSP), 1987.

PINHEIRO, Clara Virginia de Queiroz e MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Identidades e identificações na contemporaneidade**. *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line*, São Paulo, v.3, n. 2, p.108-120, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/journal/nov6/10.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2009.

PONTALIS, Jean-Baptiste. (1988). **Uma cara que não agrada**. In: *Perder de vista da fantasia de recuperação do objeto perdido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p.34-46.

SANDOVAL, Salvador. **Identificações étnicas na migração**. In: CARIGNATO, T.T. et al. *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo: YM Editora & Gráfica, 2002, p.15-28.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São

Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

VIVIANI, Alejandro Luis. **O pai estrangeiro**. In: CARIGNATO, T.T. et al. *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo: YM Editora & Gráfica, 2002, p.143-152.

WASSERMAN, C. **Problemas teóricos que envolvem a questão da identidade coletiva e a formação de novas identidades**. *Semina: Ciências Humanas e Sociais*. Londrina, set 2002, vol. 23, p. 93-100. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3856>>. Acesso em 21 de abril de 2009.